





Relatório da Administração

A Administração da Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Paraíba", "EPB" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2021, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações 2.3.1. Taxa de Inadimplência Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 16 de março de 2022.

1. Considerações gerais A Companhia atende



1.5 milhão

ntes Cativos





Clientes Livres











Ao longo de 2020, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Ao longo de 2020, os alivos operacionais da Compannia liveram a seguinte evolução.			
Descrição do ativo	2021	2020	Acréscimo
Subestações – nº	65	65	_
Capacidade instalada nas subestações – MVA	1.404	1.403	1
Linhas de transmissão – km	2.374	2.324	50
Redes de distribuição – km	76.813	76.323	490
Transformadores instalados nas redes de distribuição – nº	64.741	63.741	1.000
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) – MVA	1.831	1.763	68
Note: On dedon são possíveis de recontabilização			

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações

Os principais reconhecimentos da EPB no ano foram:

Prêmio ABRADEE: Melhor Distribuidora do Nordeste – EPB

Prêmio ANEEL de Qualidade: Concessionárias acima de 400 mil UCs – EPB e Maior Crescimento Anual Concessionárias – EPB

• Prêmio GPTW: Selo GPTW como a Segunda Melhor Empresa para se trabalhar na Paraíba Desempenho econômico-financeiro

1.1. Destaques

Descrição	2021	2020	Variação %
Resultados – R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	3.960,3	3.253,7	+ 21,7
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	3.797,3	3.070,5	+ 23,7
Receita Operacional Líquida	2.801,2	2.256,7	+ 24,1
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	2.638,2	2.073,4	+ 27,2
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	576,9	428,4	+ 34,7
EBITDA	665,6	509,7	+ 30,6
EBITDA Ajustado (1)	728,1	559,5	+ 30,1
Resultado Financeiro	(36,4)	10,0	-
Lucro Líquido	444,2	366,9	+ 21,1
Indicadores Financeiros – R\$ milhões			
Ativo Total	3.523,2	3.293,1	+ 7,0
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	236,7	432,4	- 45,3
Patrimônio Líquido	1.091,9	1.121,9	- 2,7
Endividamento Líquido	721,4	582,2	+ 23,9
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.508,1	1.482,7	+ 1,7
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) (2)	3.865,6	3.746,1	+ 3,2
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (GWh) (2)	4.612,7	4.390,1	+ 5,1
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	26,0	24,8	+ 1,2 p.p
(1) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. I (2) EBI	TDA Aiustado: EBITDA mais acrésci	imos morato	órios de conta

de energia. 2. Desempenho operacional

2.1. Mercado de energia Em 2021, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia

associada aos consumidores livres (TUSD) totalizaram 4.612,7 GWh, aumento de 5,1% em relação a 2020.

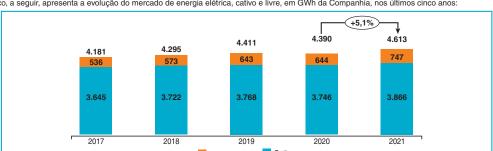
No 4T21, o consumo, cativo e livre, aumentou 3,0%, direcionada pela classe residencial (+3,7% ou 18,8 GWh), com o clima mais seco e quente; comercial (+7,3% ou 14,4 GWh), puxada pelas flexibilizações sanitárias; e outros (+5,8% ou 10,3 GWh), com destaque para iluminação pública. Em contrapartida, a

classe industrial apresentou redução (-3,8% ou 7,6 GWh), impactada pela desaceleração do setor têxtil e de minerais não metálicos; enquanto a queda na classe rural (-1.0% ou 1.0 GWh) foi motivada pelo recup nas atividades dos clientes ligados à cultura da cana-de-acúcar.

Descrição		Trimestre				
Valores em GWh	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Residencial	523,2	504,3	+ 3,7	1.997,0	1.912,4	+ 4,4
Industrial	193,7	201,4	- 3,8	771,4	712,8	+ 8,2
Cativo Industrial	40,4	48,1	- 16,1	171,0	176,7	- 3,2
Livre Industrial	153,3	153,2	+ 0,1	600,4	536,1	+ 12,0
Comercial	213,0	198,6	+ 7,3	783,7	729,8	+ 7,4
Cativo Comercial	169,3	164,7	+ 2,8	637,0	621,9	+ 2,4
Livre Comercial	43,7	33,9	+ 28,9	146,7	107,9	+ 35,9
Rural	101,3	102,3	- 1,0	349,4	325,6	+ 7,3
Cativo Rural	101,3	102,3	- 1,0	349,4	325,6	+ 7,3
Livre Rural	-	-	-	-	-	-
Outros	187,3	177,0	+ 5,8	711,2	709,5	+ 0,2
Cativo Outros	187,3	177,0	+ 5,8	711,2	709,5	+ 0,2
Livre Outros	-	-	-	-	-	_
1 Vendas de energia no mercado cativo	1.021,5	996,5	+ 2,5	3.865,6	3.746,1	+ 3,2
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	197,1	187,2	+ 5,3	747,1	644,1	+ 16,0
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.218,6	1.183,6	+ 3,0	4.612,7	4.390,1	+ 5,1
4 Fornecimento não faturado	24,9	15,4	+ 61,9	6,8	(2,7)	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	1.243,5	1.199,0	+ 3,7	4.619,5	4.387,4	+ 5,3

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do mercado de energia elétrica, cativo e livre, em GWh da Companhia, nos últimos cinco anos:



A Companhia encerrou o ano com 1.508.083 unidades consumidoras cativas, número 1,7% superior ao registrado no fim de 2020 e com 127 consumidores

livres, 29,6% maior que no ano anterior.

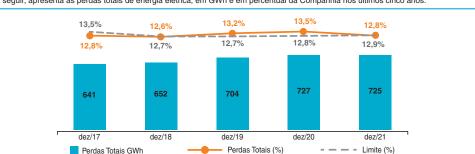
2.2. Perdas de energia elétrica ("perdas")

A Companhia apresentou um indicador de perdas de 12,78% no quarto trimestre de 2021. Na comparação com dezembro de 2020 o resultado foi 0,75 ponto percentual menor, evidenciando que o plano de medidas reforçado para 2021, tem sido realizado com resultados positivos. Em relação ao limite regulatório a perda total realizada ficou 0,10pp menor.

	Ultimos 12 mes	es								
Perdas Técnicas (%)				Perda	s Não-Técnica	as (%)	Po	erdas Totais (%	6)	
	dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	ANEEL
	8,82	8,44	8,39	4,71	4,63	4,39	13,53	13,07	12,78	12,88
	Pe	erdas Técnica:	s	Per	das Não-Técni	icas		Perdas	s Totais	
	dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	Var.(%) (1)
	473.8	473.8	476.0	252 7	260.1	249 0	726.5	734 0	725.0	-12

(1) Variação dezembro de 2021/setembro de 2021. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O gráfico, a seguir, apresenta as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual da Companhia nos últimos cinco anos:



A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

		Em 12	meses (%)
PPECLD (% do Fornecimento faturado)	4T21	4T20	Variação em p.p.
EPB	0,97	1,45	- 0,48

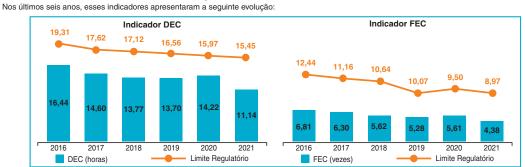
2.3.2. Taxa de Arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir

	9			
ı			Em 12 m	eses (%)
ı	Taxa de Arrecadação (%)	dez/21	dez/20	Variação em p. p.
	EPB	97,00	97,10	- 0,10

2.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

O indicador DEC apresentou redução de 3.09 horas e o FEC apresentou redução de 1.24 vezes, nos últimos 12 meses encerrados em dezembro de 2021 Ambos com resultado bem inferior ao limite estabelecido pela Aneel.



3. Desempenho Financeiro

3.1. Receita Operacional

Em 2021, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 3.797,3 milhões, contra R\$ 3.070,5 milhões registrados em 2020, aumento de 23,7% (R\$ 726,8 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção apresentou crescimento de 27,2% (R\$ 564,7 milhões) no exercício, para R\$ 2.638,2 milhões. A composição das receitas operacionais é a seguinte:

		Trimestre			Exercício			
Descrição	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %		
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	887,2	680,5	+ 30,4	2.943,9	2.475,3	+ 18,		
Residencial	476,9	374,9	+ 27,2	1.621,8	1.362,2	+ 19,		
Industrial	38,3	32,8	+ 16,7	132,4	117,6	+ 12,6		
Comercial	169,4	127,3	+ 33,1	552,1	470,7	+ 17,		
Rural	65,1	48,5	+ 34,3	197,1	153,0	+ 28,		
Outras classes	137,4	97,0	+ 41,7	440,5	371,9	+ 18,		
(+) Suprimento de energia elétrica	34,5	122,8	- 71,9	201,6	172,1	+ 17,		
(+) Fornecimento não faturado líquido	25,6	10,7	+ 140,5	48,4	0,1	+ 77.911,		
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	38,1	33,7	+ 13,2	126,5	119,2	+ 6,		
(+) Receitas de construção	48,5	59,1	- 18,0	163,0	183,2	- 11,0		
(+) Constituição e amortização -CVA	69,8	48,3	+ 44,7	155,1	30,8	+ 402,9		
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	58,2	55,4	+ 5,0	212,5	236,8	- 10,		
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	25,4	19,2	+ 32,0	80,3	26,4	+ 203,		
(+) Ultrapassagem demanda e excedentes de reativo	30,3	2,5	+ 1.110,7	0,7	9,2	- 92,		
(+) Outras receitas	(23,6)	0,8	-	28,2	0,5	+ 5.747,0		
(=) Receita bruta	1.194,1	1.032,9	+ 15,6	3.960,3	3.253,7	+ 21,7		
(-) Impostos sobre vendas	305,4	250,9	+ 21,7	1.017,3	907,4	+ 12,		
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	27,5	(2,2)	-	17,5	(5,7)	-		
(-) Encargos setoriais	35,5	25,6	+ 38,8	124,3	95,4	+ 30,4		
(=) Receita líquida	825,7	758,7	+ 8,8	2.801,2	2.256,7	+ 24,		
(-) Receitas de construção	48,5	59,1	- 18,0	163,0	183,2	- 11,0		
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	777,2	699,6	+ 11,1	2.638,2	2.073,4	+ 27,		
Seguem algumas variações em R\$ milhões:								

Crescimento de 30,4% (R\$ 206,7 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 18,9% ou R\$ 468,6 milhões em 2021 ante 2020):

Crescimento de 32,0% (R\$ 6,1 milhões) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 203,7%

ou R\$ 53,9 milhões em 2021 ante 2020); Crescimento de 13,2% (R\$ 4,4 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 6,1% ou R\$ 7,3 milhões em 2021 ante 2020); e

Redução de 71,9% (R\$ 88,3 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 17,1% ou

R\$ 29,5 milhões em 2021 ante 2020). 3.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 2.061,2 milhões em 2021 e R\$ 631,5 milhões no 4T21, aumentos de 25,3% (R\$ 416,2 milhões) e 10,6% (R\$ 60,5 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2020. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram crescimento de 8,2% (R\$ 7,7 milhões), totalizando R\$ 102,2 milhões no 4T21. No exercício essas despesas totalizaram R\$ 309,0 milhões, acréscimo de 8,6% (R\$ 24,5 milhões) ante os R\$ 284,5 milhões registrados no 2020. A seguir a composição das despesas operacionais da Companhia:

	Trimestre				Exercício			
Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %		
1 Custos e Despesas não controláveis	501,5	454,8	+ 10,3	1.629,4	1.245,0	+ 30,9		
1.1 Energia comprada	452,6	402,0	+ 12,6	1.420,7	1.066,9	+ 33,2		
1.2 Transporte de potência elétrica	48,9	52,7	- 7,3	208,7	178,1	+ 17,2		
2 Custos e Despesas controláveis	104,4	96,4	+ 8,3	335,4	320,4	+ 4,7		
2.1 PMSO	102,2	94,4	+ 8,2	309,0	284,5	+ 8,6		
2.1.1 Pessoal	50,7	47,1	+ 7,6	131,6	119,0	+ 10,7		
2.1.2 Benefício pós-emprego	4,1	(3,2)	-	12,9	4,2	+ 210,3		
2.1.3 Material	6,6	6,6	+ 0,5	23,2	20,7	+ 11,9		
2.1.4 Serviços de terceiros	35,1	37,1	- 5,3	123,9	121,2	+ 2,3		
2.1.5 Outras	5,7	6,9	- 18,1	17,3	19,5	- 11,4		
Multas e compensações	0,3	0,2	+ 21,3	0,8	0,8	+ 3,6		
Contingências (liquidação de ações cíveis)	1,2	2,3	- 49,4	5,1	7,4	- 31,6		
Outros	4,2	4,4	- 3,1	11,4	11,3	+ 0,8		
2.2 Provisões/Reversões	2,3	2,0	+ 15,2	26,4	35,9	- 26,5		
2.2.1 Contingências	(0,8)	1,0	-	(3,3)	(1,6)	+ 111,9		
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	3,1	1,0	+ 211,9	29,7	37,5	- 20,7		
3 Demais receitas/despesas	25,5	19,8	+ 28,9	96,4	79,5	+ 21,2		
3.1 Amortização e depreciação	22,6	21,3	+ 6,3	88,6	81,2	+ 9,1		
3.2 Outras receitas/despesas	2,9	(1,5)	-	7,8	(1,7)	-		
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	631,5	571,0	+ 10,6	2.061,2	1.645,0	+ 25,3		
Custo de construção	48,5	59,1	- 18,0	163,0	183,2	- 11,0		
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	680,0	630,1	+ 7,9	2.224,3	1.828,2	+ 21,7		

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

3.3. Lucro líquido e geração de caixa

l evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:									
Composição da Geração de Caixa		Tr	imestre			Exercício			
Valores em R\$ milhões	4T21	4T20	Var. %	Var. R\$	2021	2020	Var. %	Var. R\$	
(=) Lucro líquido do período	97,4	108,0	- 9,8	(10,6)	444,2	366,9	+ 21,1	77,3	
(-) Contribuição social e imposto de renda	(24,3)	(26,1)	- 7,0	1,8	(96,3)	(71,5)	+ 34,7	(24,8)	
(-) Resultado financeiro	(24,0)	5,5	-	(29,6)	(36,4)	10,0	-	(46,4)	
(-) Amortização e depreciação	(22,6)	(21,3)	+ 6,3	(1,3)	(88,6)	(81,2)	+ 9,1	(7,4)	
(=) Geração de caixa (EBITDA)	168,4	149,9	+ 12,3	18,5	665,6	509,7	+ 30,6	155,9	
(+) Receita de acréscimos moratórios	15,3	15,3	+ 0,2	0,0	62,5	49,8	+ 25,4	12,7	
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	183,7	165,2	+ 11,2	18,5	728,1	559,5	+ 30,1	168,6	
Margem do EBITDA Ajustado (%)	22,2	21,8	+ 0,5 p.p.	-	26,0	24,8	+ 1,2 p.p.	-	

4.1. Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 386,6 milhões em dezembro, frente aos R\$ 296,7 milhões registrados em setembro de 2021. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram montantes positivos de R\$ 149,9 milhões em dezembro, contra R\$ 57,6 milhões em setembro de 2021.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 721,4 milhões, contra R\$ 819,3 milhões em setembro de 2021. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 1,2 vezes em setembro para 1,0 vezes em dezembro de 2021. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos: continua.



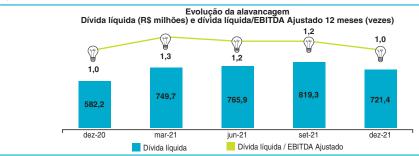




... continuação do Relatório da Administração

Descrição – Valores em R\$ milhões	31/12/2021	30/09/2021	30/06/2021
Circulante	128,7	97,4	87,8
Empréstimos e financiamentos	15,0	11,6	6,4
Debêntures	92,9	75,4	74,2
Encargos de dívidas	4,3	1,2	2,3
Benefícios pós-emprego	7,6	8,3	8,3
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	9,0	1,0	(3,4)
Não Circulante	979,3	1.018,6	937,3
Empréstimos e financiamentos	379,9	375,0	293,8
Debêntures	645,3	647,8	647,2
Benefícios pós-emprego	3,3	36,2	34,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(49,0)	(40,4)	(37,7)
Total das dívidas	1.108,0	1.116,0	1.025,1
(-) Disponibilidades financeiras	236,7	239,1	187,1
Total das dívidas líquidas	871,3	876,9	838,1
(-) Créditos CDE	61,5	39,3	35,9
(-) Créditos CVA	88,3	18,3	36,3
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	721,4	819,3	765,9
Indicador Relativo			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (1)	1,0	1,2	1,2

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios



4.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 31 de dezembro de 2021, vis-à-vis



No 4T21, a Companhia investiu um total de R\$ 50,7 milhões (contra R\$ 55,6 milhões no 4T20), no ano o valor totalizou R\$ 190,1 milhões (contra R\$ 197,8

A composição dos investimentos foi a seguinte:						
Descrição	Trimestre		Exercício			
Valores em R\$ milhões	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Ativo Elétrico	45,2	50,5	- 10,4	171,4	181,5	- 5,5
Obrigações Especiais	2,1	2,6	- 18,1	13,6	5,8	+ 136,5
Ativo não Elétrico	3,4	2,5	+ 32,7	5,0	10,5	- 52,3
Total dos Investimentos	50.7	55.6	- 8 8	100 1	107.8	- 30

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remu-O programa de investimento foi associado à melhoria da qualidade do produto e do servico, destacando-se:

Conclusão em janeiro/2021 da nova LDAT 69 kV Coremas/Sousa, cabo 636, com 53 quilômetros de extensão, para o solucionar problema de violação do limite de capacidade, com investimento de R\$ 18.500 mil;

Execução de medidas para a redução das perdas não técnicas visando ao atendimento às metas regulatórias, com investimentos de R\$ 19.406 mil;
 Investimento de R\$ 8.977 mil em projetos de segurança do sistema, destacando-se a substituição de fio 6 CU e cabo 4 CA devido ao histórico de rompi-

mentos desses condutores e da falta de segurança para realização de atividades com as equipes de linha viva; Investimento de 71 mil em qualidade do serviço, melhorando a continuidade no fornec

Investimento de R\$ 66.866 mil em atendimento a novas ligações.

Com base nos resultados alcançados pela Companhia em 2021, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de R\$361,7 milhões (R\$ 393,89090199960 por ação ordinária), já tendo sido pagos: (i) R\$ 93,6 milhões equivalentes a R\$ 101,897075116110 por ação ordinária), em 26 de maio; (ii) R\$80,6 milhões, equivalentes a R\$ 87,7772195477 por ação ordinária, em 26 de agosto; (iii) R\$106,4 milhões, equivalentes a R\$115,88218421620 por ação ordinária, em 10 de dezembro

Foi aprovado pelo Conselho da Administração, na reunião realizada em 16 de março de 2022, o pagamento de dividendo complementar, no montante de R\$81,1 milhões, equivalentes a R\$ 88,334422747600 por ação ordinária, que serão pagos a partir do dia 25 de março de 2022.

Gestão de pessoas

As pessoas são o maior recurso da Energisa Paraíba e, por isso, são foco constante de ações que visam a atração, capacitação, análise de desempenho e valorização. Ao final de 2021, a Energisa Paraíba contabilizava um total de 2.376 colaboradores, sendo 1.937 empregados diretos e 439 contratados de terceiros. A EPB classificou-se em 2021 como a segunda melhor empresa para trabalhar na Paraíba, no ranking Great Place to Work (GPTW).

Para maximizar a inclusão em seu quadro funcional, a Companhia tem adotado diversas ações e políticas afirmativas para valorizar a diversidade. São trabalhadas, por exemplo, as possíveis barreiras para que mulheres, pessoas negras e portadores de deficiência (PCDs) sejam incluídos e acessem às vagas. Em 2021, aderiu ao projeto Mulheres Positivas, plataforma virtual cujo objetivo é promover o desenvolvimento pessoal e profissional de mulheres por meio de informação e serviços. O aplicativo, compartilhado por mais de 40 grandes empresas, mantém gratuitamente mais de 100 cursos de capacitação além de ofertas de vagas para perfis variados no país todo.

A atuação é pautada por um modelo de Gestão por Competências, cascateado em iniciativas para desenvolver os colaboradores em todos os níveis, de as equipes de campo a futuros líderes e liderança. Com investimentos de R\$ 623,8 mil, foram promovidas a média de 63,2 horas de treinamento por empregado de cargos operacionais, 35,6 horas em áreas administrativas e 20,5 horas em cargos gerenciais.

A Educativa Online, plataforma que abrange o modelo de capacitação por meio de trilhas, cujo objetivo é fomentar o autodesenvolvimento dos colaboradores por meio de educação e treinamento direcionados aos negócios, permaneceu como uma das aliadas do conhecimento em 2021. Seu objetivo é fomentar o autodesenvolvimento dos colaboradores por meio de educação e treinamento direcionados aos negócios, alguns cursos foram realizados online e outros de forma presencial, especialmente as disciplinas práticas.

8. Saúde e segurança Mais do que a garantía da saúde e da segurança dos colaboradores, a Energisa Paraíba valoriza a vida de cada indivíduo. Para dar ainda mais peso ao tema

e, principalmente, maior abrangência, a Companhia revisou seus valores em 2021, dentre os quais, destaca-se: a Vida vem em primeiro lugar. O projeto Operar Seguro é a principal iniciativa de reforço da cultura de segurança, tendo como objetivo reconhecer riscos e identificar barreiras com portamentais, bem como oportunidades de melhorias operacionais que garantam maior segurança. Em 2021, houve ações que envolveram temas como

capacitações em percepção de riscos, comportamentais e Regras de Ouro, e foi implementado o Operar Seguro Terceiro, para colaboradores contratados por fornecedores de serviços. Há 1.028 cursos na trilha educativa para capacitação em saúde e segurança, incluindo normas regulamentadoras, sempre em linguagem acessível. Todos os empregados e contratados de terceiros passam obrigatoriamente por uma capacitação e, concluído o treinamento, o participante e seu gestor direto devem preencher um formulário de avaliação de eficácia da capacitação.

A taxa de frequência de acidentes da força de trabalho (empregados próprios mais terceiros) foi de 0,51 (4,45 em 2020) e taxa de gravidade passou de 26,19, em 2020, para 29,40. Não foram registrados óbitos de empregados nem de terceiros.

São mantidas diversas ações e programas de prevenção e promoção à saúde. Entre os destaques está o Viva Energia, pelo qual os colaboradores são orientados por médicos do trabalho que identificam necessidades em avaliações periódicas ou por demandas espontâneas. Existe um cronograma de campanhas de prevenção de doenças e promoção de saúde e programas para gestantes, doentes crônicos (com telemonitoramento ativo em casos como carrijovasculares, diabetes, doenças respiratórias ou obesidade), problemas emocionais e doenças osteomusculares 9. Responsabilidade socioambiental

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2021, a Energisa Paraíba destinou R\$ 2,0 milhões para iniciativas de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras. Os recursos de incentivo fiscal somaram R\$ 1,5 milhão, destacando-se o projeto Ocupação Usina de Artes Visuais 21-22,

com iniciativas desenvolvidas no espaço cultural mantido pela Energisa em João Pessoa. 10.1. Eficiência energética A Companhia investiu R\$ 5,7 milhões em 2021 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 17.130 unidades consumidoras e permitiram economizar 2.647 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante 12 meses aproximadamente 1,1 mil residências com consumo médio mensal de 200 kWh

O Programa de Eficiência Energética (PEE) é apoiado pelo projeto Nossa Energia, um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas ou LED e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado) e adequação das instalações elétricas internas. O projeto promoveu a troca de 68.475 lâmpadas e 200 geladeiras em 2021. Durante o ano, devido à Covíd-19, não ocorreram palestras do Nossa Energia nas comunidades.

Foram executados projetos de eficiência energética na iluminação pública dos municípios de Alagoa Grande, Araruna, Camalaú, Dona Inês, Malta, Mari. Monteiro, Patos, Guarábira, Pocinhos e Esperança. No total, houve a substituição de 2.560 luminárias antigas por luminárias com tecnologia, estimando uma economia de 2.301 MWh/ano para os municípios.

10.2. Projetos socioculturais

Diante de novas ondas da pandemia da Covid-19 em 2021, a Energisa Paraíba manteve o apoio à sociedade por meio do Movimento Energia do Bem. Como participante do Movimento Unidos pela Vacina, contribuiu com a doação, por meio do projeto de eficiência energética, de 14 câmaras frias para armazenamento de vacinas. A companhia também contribui com doação de 1.609 cestas básicas.

Em 2021, a Energisa Paraíba elaborou projeto para drenagem da sede de João Pessoa, com objetivo de reduzir os alagamentos no entorno da empresa, e de criação de uma praça, com melhoria da interatividade e maior conforto e bem-estar dos colaboradores e de toda a comunidade

No ano de 2021 a EPB realizou distribuições de 1840 cestas básicas nos 5 polos da Paraíba; doações de presentes a crianças de comunidades carentes no período natalino nos 5 polos da Paraíba.

Projeto 8 Verde: projeto de meio ambiente voltado para conscientização ambiental da população com foco na distribuição de mudas, disciplinando a correta

maneira de plantio e distribuição de cartilhas sobre arborização em parceria com a Associação "8 verde". 10.3. Iniciativas ambientais

Apoiada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, a Energisa Paraíba assegura uma convivência responsável com o meio ambiente do entorno das operações, com uso racional dos recursos naturais e melhoria contínua no desempenho ambiental. A empresa conta com uma área de Meio Ambiente responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos, e utiliza sistema de gestão elaborado com base na norma ISO 14001. A Energisa Paraíba adota em suas instalações, técnicas e critérios de sustentabilidade. Na construção da Sede de Sousa, foi premiada pelo Instituto Chico Mendes, na categoria Construção Sustentável, e possui o selo de Certificação Internacional LEED nos prédios das sedes em Campina Grande e Patos. As principais iniciativas ambientais da Energisa Paraíba em 2021 contemplaram:

Energia: Implantação do Projeto de Consumo Consciente para ampliar a economia de energia. Inclui campanhas destinadas aos colaboradores relativas ao uso consciente, por meio de cartilhas e divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores). Mobilidade elétrica: Começaram a rodar em 2121 mais quatro veículos elétricos novos em João Pessoa, além da unidade que já estava em operação, em iniciativa para a emissão de gases de efeito estufa.

Emissões atmosféricas: A EPB participa do inventário de emissões de gases efeito estufa do Grupo Energisa, realizado nos escopos 1, 2 e 3

Biodiversidade: Nas construções das linhas de distribuição de alta-tensão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados (RAS) são elaboradas estudos de arqueologia preventiva supervisionado pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, quando necessário, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e se encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA), Plano de Controle Ambiental (PCA) e inspeções ambientais. Proteções são instaladas nas subestações para evitar o contato acidental de animais e consequentemente sua morte.

Água e efluentes: O Projeto de Reforma Civil em Subestações, que consiste na construção de bacia de contenção de óleo isolante e sistema separador de água óleo, tem o objetivo de mitigar a área contaminada caso ocorra vazamento de óleo nos transformadores de grande porte. Sempre que possível são usadas instalações interligadas ao sistema de esgoto da cidade.

Resíduos: Além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, a EPB possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, e promove o recondicionamento e a regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, de forma a garantir a reutilização desse material e evitar a poluição do meio ambiente. Também mantém papas-lâmpada, pilha e batel de forma adequada os resíduos, por meio de empresas devidamente licenciadas

10. Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2021 foi de R\$ 1.373 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os

seus interesses.

					Balanço So	cial Anual			
1 – Base de cálculo		2021			2020				
Receita líquida (RL)		2.801.201			2.256.655				
Resultado operacional (RO)	540.555				438.465				
Folha de pagamento bruta (FPB)		118.246			102.519				
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL			
Alimentação	19.583	16,56%	0,70%	18.352	17,90%	0,81%			
Encargos sociais compulsórios	25.313	21,41%	0,90%	21.257	20,73%	0,94%			
Previdência privada	12.926	10,93%	0,46%	4.166	4,06%	0,18%			
Saúde	6.197	5,24%	0,22%	7.663	7,47%	0,34%			
Segurança e saúde no trabalho	4.207	3,56%	0,15%	2.756	2,69%	0,12%			
Educação	110	0,09%	0,00%	138	0,13%	0,01%			
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.449	1,23%	0,05%	526	0,51%	0,02%			
Creches ou auxílio-creche	178	0,15%	0,01%	153	0,15%	0.01%			
Participação nos lucros ou resultados	21.270	17,99%	0,76%	20.364	19,86%	0,90%			
Outros	2.995	2,53%	0,11%	3.304	3,22%	0,15%			
Total – Indicadores sociais internos	94.228	79,69%	3,36%	78.679	76,72%	3,48%			
3 – Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL			
Educação	353	0.07%	0.01%	755	0.17%	0.03%			
Cultura	1.340	0,25%	0.05%	1.186	0,27%	0.05%			
Esporte	166	0.03%	0.01%	77	0.02%	0.00%			
Outros	176	0,03%	0,01%	450	0,10%	0.02%			
Total das contribuições para a sociedade	2.035	0.38%	0.08%	2.468	0.56%	0.10%			
Tributos (excluídos encargos sociais)	951.582	176,04%	33,97%	856.682	195,38%	37,96%			
Total – Indicadores sociais externos	953.617	176,42%	34,05%	859.150	195.94%	38,06%			
4 – Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL			
Investimentos relacionados com a produção/	35,232	6,52%	1,26%	37.355	8,52%	1,66%			
operação da empresa	00.202	0,52 /6	1,2070	07.000	0,32 /0	1,0076			
Investimentos em programas e/ou projetos externos	4.584	0,85%	0,16%	3.150	0,72%	0,14%			
Total dos investimentos em meio	39.816	7,37%	1,42%	40.505	9,24%	1,80%			
ambiente	03.010	1,01 /0	1,42/0	40.505	3,2470	1,00 /0			
Quanto ao estabelecimento de "metas anu- ais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		ui metas () cump a 50% (x) cumpr			sui metas () cump 0 a 50% () cumpr				
5 - Indicadores do corpo funcional		2021			2020				
Nº de empregados(as) ao final do período		1.937			1.865				
Nº de admissões durante o período		199			131				
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		439			465				
Nº de estagiários(as)		60			4				
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		295		279					
Nº de mulheres que trabalham na empresa		294		268					
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		23,19%			27,69%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		972			913				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		27,54%			24,62%				
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		94			89				

		A Administra	açau.				
2021 (Em milhares de reais)							
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2021			Metas 2022		
Relação entre a maior e a menor remunera- ção na empresa		61,47		61,47			
Número total de acidentes de trabalho		3			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são suge- ridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão suge- ridos	(X) serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 322.557	no Procon 343	na Justiça 3.770	na empresa 306.429	no Procon 326	na Justiça 3.581	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100,48%	no Procon 8,16%		na empresa 100%	no Procon 18,16%	na Justiça 21%	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2021:	1.800.036		Em 2020:	1.510.427		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	61% g		oradores(as) 20% orceiros 5% retido	64% governo 7%		s) 19% acionistas erceiros 6% retido	
7 – Outras Informações		2021			2020		
7) Investimentos sociais							
7.1 – Programa Luz para Todos							
7.1.1 – Investimento da União		_			-		
7.1.2 – Investimento do Estado		_			_		
7.1.3 – Investimento do Município		_			-		
7.1.4 – Investimento da Concessionária		_			_		
Total – Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)		-		-			
7.2 – Programa de eficiência Energética		6.425			5.790		
7.3 – Programa de Pesquisa e Desenvolvimento		3.234			1.648		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)		9.659			7.438		
						continua	
		/ ///		100			



ENERGISA PARAÍBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A CNPJ: 09.095.183/0001-40





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Secretary Secr	Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)										
Second content of the content of t	itivo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	:			
Second processes of the seco	irculante										
securing se		5.1						280			
Second 1	olicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	5.2	200.334	307.094							
Separate Part Par	onsumidores e concessionárias	6	526.053	456.704	l '			15			
Section Sect	stoques		8.736	7.711				8			
Property	ributos a Recuperar	7	187.166	47.466		21	114.371	8			
10 10 10 10 10 10 10 10	nstrumentos financeiros derivativos	32	7.064	6.171			_	1			
Personation 1	Despesas antecipadas		5.783	4.263		23		1			
	Ativos financeiros setoriais	9	115.378	25.519				1			
Centrolugina Section	Outros créditos	10	113.235	68.698		-		6			
Part	otal do circulante		1.156.428	1.048.970		32					
Amendments operations 1								1			
Secondamina											
Page						20					
Page	Não circulante							3			
This to an upoperar 10 10 10 10 10 10 10 1	Realizável a longo prazo						763.896	79			
Profession from control from	Consumidores e concessionárias	6	70.131	60.113							
Section of the properties of	Tributos a recuperar	7	309.135	475.175				1			
Mathematical framentions fra	Créditos tributários	12	22.418	68.661							
Victor Infernacione setoricial (Woot financione setoricial (Woot financione) (Cauções e depósitos vinculados	24	41.180	23.470				66			
The properties of the prope	nstrumentos financeiros derivativos	32	49.045	39.873				23			
	Ativos financeiros setoriais	9	128.397	35.249				2			
	Ativo financeiro indenizável da concessão	13	935.527	762.906	, and the second			2			
those Contratual — Infraestrutura em construção	Outros créditos	10	2.415	2.415				3			
Separation Sep			1.601.977	1.467.862				12			
Secondaria pagar 15 17.528 14.982 14.9	Ativo Contratual – Infraestrutura em construção	14	54.237	53.579				;			
triangive of all of a 50.289 70.7628 186.789 70.7628 186.789 70.7628 186.789 186.799 186.799 186.799 186.799 186.799 186.799 186.7	nvestimentos		82	87		22		44			
Path	mobilizado	15	17.528	14.962				6			
	ntangível	16	692.899	707.628			1.667.357	1.372			
Capacita	rotal do não circulante		2.366.723	2.244.118							
Reservas de Lucros 1,53,151 3,293,088 1,005 2,53,151 3,293,088 1,05 2,00 1,005 1,0								576			
Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 1.829.081								98			
								26			
Total do ativo Total do patrinônio líquido 1.091.898 1.10 1.								219			
						25.6		_(39			
Page								1.121			
Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação) (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação) (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação) (Em milhares de reais) (Em milhares de r	Total do ativo						3.523.151	3.293			
Ceceita operacional líquida Nota 2021 2256.655 2.801.201 2.256.655 2.245.201 2.256.201 2.256.201 2.256.201 2.256.201 2.256.201 2.256.201 2.256.201	Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 d		· ·	sao parte integ		do em 31 de de	zembro de	202			
Nota 2021 2020 2.801.201 2.256.655 2.257 2.256.655 2.257 2.256.655 2.257 2.256.655 2.257 2.256.655 2.257 2.256.655 2.257 2.256.655 2.257 2.256.655 2.257 2.256.655 2.257 2.256.655 2.257 2.256.655 2.257 2.256.655 2.257 2.257 2.256.655 2.257					•						
Lens do serviço de energia elétrica 27	(,	Nota	2021	2020	(2000)	N	ota 2021				
Lens que não serviço de energia elétrica 27	Receita operacional líquida				Lucro líquido do exercício	=		36			
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros 27	Custo do serviço de energia elétrica				Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado						
1	Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros					2					
Dutras receitas 28 6.902 (14.690) 7.458 (5.768) 428.436 (16.708) 428.436 (17.208) 428.436 (17.208) 428.436 (17.208) Imposto de renda e contribuição social corrente Imposto de renda e contribuição social diferido 12 (62.724) (6 (6 444.228 (17.208) 30 444.228 (17.208) 30 483.91 483.91 443.91 483.91<	ucro bruto				Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de tributos		468.765	37			
Dutras receitas 28 6.902 7.458 7.458 7.458 7.458 9.000 (5.768) 9.000 (5.774) 9.000 (5.774) 9.000 (5.774) 9.000 (5.774) 9.000 (5.774) 9.000 (5.774) 9.000 (5.774) 9.000 (5.774) 9.000 (5.774) 9.000 (5.774) 9.000 (5.774) 9.000 (5.774) 9.000 (5.774) 9.000 (5.774) 9.000 (5.774) 9.000 (5.774) 9.000 (5.774)	Despesas gerais e administrativas	27	(145.471)		As notas explicativas são parte integrante das demonstraçõe	es financeiras.					
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos Receitas financeiras 29 92.669 72.171 Imposto de renda e contribuição social corrente 29 129.057 (62.142) Lucro líquido do exercício 29 129.057 (62.142) Lucro líquido do exercício 29 10.059 Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial – R\$ 29 129.057 Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial – R\$ 29 129.057 Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial – R\$	Dutras receitas	28	6.902	7.458	The state of the s						
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos 29 92.669 72.171 bespesas financeiras 29 129.057 (129.057) bespesas financeiras líquidas 29 120.388) 29 120.389 2	Outras despesas	28									
Septence	Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		576.943					(69			
Despesas financeiras líquidas 29 (129.037) (02.142) Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial – R\$ 30 (483,91)	Receitas financeiras		92.669			12		(
respesas infanceiras inquidas (30.300) 10.029	Despesas financeiras	29	(129.057)			00					
Resultado antes dos tributos sobre o lucro 540.555 438.465 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	Despesas financeiras líquidas						483,91	3			
	Resultado antes dos tributos sobre o lucro		540.555	438.465	As notas explicativas são parte integrante das demonstraçõe	es financeiras.					

Demonstração das Mutações	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)											
				Res	ervas de capital			Reservas de lucros				
		Capital	Remuneração	Reserva espe-	Outras reser-		Retenção	Reserva de incentivo	Dividendos adi-		Outros resultados	
	Nota	social	de imobilizações	cial de ágio	vas de capital	Legal	de lucros	fiscal (imposto de renda)	cionais propostos	acumulados	abrangentes	Total
Saldos em 01 janeiro de 2020		<u>571.866</u>	2.457	94.078	5.170	77.482		115.233	108.894		(44.617)	930.563
Aumentos de Capital com reserva de incentivo fiscal-reinvestimento conf. AGE de 20/05/2020		4.189	-	-	(4.189)	-	_	_	-	_	_	_
Pagamentos dividendos	25.5	-	-	-	_	-	-	_	(108.894)	-	-	(108.894)
Programa de remuneração variável – ILP	25.2	_	_	_	1.049	-	_	_	-	_	-	1.049
Lucro líquido do exercício	25.2	_	_	_	_	-	_	_	-	366.935	-	366.935
Proposta de destinação do lucro líquido:												-
Reserva Legal		-			_	1.257	-	_	-	(1.257)	-	-
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	25.4	_	_	_	_	-	_	72.977	-	(72.977)	_	_
Dividendos	25.5	-	-	_	_	-	-	_	-	(73.176)	-	(73.176)
Dividendos adicionais propostos	25.5	-	-	_	_	-	-	_	219.525	(219.525)	-	-
Outros resultados abrangentes, liquidos de tributos												-
Ganhos e perdas atuariais – benefícios pós emprego	25.6	-	_	_	_	_	_	_	_	_	8.290	8.290
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais – benefícios pós emprego	25.6										(2.819)	(2.819)
Saldos em 31 dezembro de 2020		576.055	2.457	94.078	2.030	78.739		188.210	219.525		(39.146)	1.121.948
Aumentos de Capital com reserva de incentivo fiscal-reinvestimento conf. AGE de 20/05/2020	25.1	_	_	_	_	-	_	_	_	_	_	_
Pagamentos dividendos adicionais propostos	25.5	_	_	_	_	_	_	_	(219.525)	_	-	(219.525)
Programa de remuneração variável – ILP	25.2	_		_	1.260	_	_	_	_	_	-	1.260
Lucro líquido do exercício		_	_	_	_	-	_	_	_	444.228	_	444.228
Proposta de destinação do lucro líquido:												
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	25.4	_	_	_	_	_	_	82.573	_	(82.573)	_	_
Dividendos	25.5	_	_	_	_	_	_	_	_	(280.550)	_	(280.550)
Dividendos adicionais propostos	25.5	-	_	_	_	_	_	_	81.105	(81.105)	_	-
Outros resultados abrangentes, liquidos de tributos												
Ganhos e perdas atuariais – benefícios pós emprego	25.6	-	_	_	_	_	_	_	_	_	37.177	37.177
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais – benefícios pós emprego	25.6										(12.640)	(12.640)
Saldos em 31 dezembro de 2021		576.055	2.457	94.078	3.290	78.739		270.783	81.105		(14.609)	1.091.898

	As notas	s explicativas s	são parte integ	rante das demonstrações financeiras.					
Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício				Demonstração do Valor Adicionado – DVA					
findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhar				Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)					
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020		
Atividades operacionais					11014				
Lucro liquido do exercício		444.228	366.935	Geração do valor adicionado:					
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	96.327	71.530	Receitas					
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais – líquidas		116.464	89.186	Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	26	3.779.754	3.076.237		
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(80.322)	(26.448)	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·					
Amortização e Depreciação	27	88.612	81.215	Outras receitas	28	6.902	7.458		
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	27	29.713	37.491	Receitas relativas a construção de ativos próprios	27 e 29	164.235	184.082		
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	24	2.498	6.975	Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	27	(29.713)	(37.491)		
Marcação a mercado de dívidas	29	(25.122)	2.502	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	21	(23.713)	(37.431)		
Marcação a mercado de derivativos	29	31.181	(2.505)	(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Instrumentos financeiros derivativos	29	(30.076)	(59.141)	Custo da energia elétrica vendida		1.791.514	1.365.352		
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	28	8.344	3.630	l					
Programa de remuneração variável – ILP	11	1.260	1.049	Materiais e serviços de terceiros		152.916	145.828		
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante				Outros custos operacionais		185.288	203.155		
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(101.572)	(151.477)			2.129.718	1.714.335		
(Aumento) de estoques		(1.025)	(1.388)						
(Aumento) diminuição de tributos a recuperar		(8.940)	53.414	Valor adicionado bruto		1.791.460	1.515.951		
(Aumento) diminuição de ativo financeiro setorial	9	(194.155)	21.753	Amortização e depreciação	27	88.612	81.215		
Recebimentos Despacho – CONTA COVID	· ·	(1011100)	86.992	Valor adicionado líquido		1.702.848	1.434.736		
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(17.710)	(683)	· ·		1.702.040	1.434.730		
Valor justo dos títulos cedidos ao FDIC		146	(000)	Valor adicionado recebido em transferência					
(Aumento) de despesas pagas antecipadamente		(1.520)	(641)	Receitas financeiras	29	97.188	75.691		
(Aumento) de outros créditos		(56.415)	(13.395)	Valor adicionado total a distribuir					
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		(30.413)	(10.000)	valor adicionado total a distribuir		1.800.036	1.510.427		
Aumento de fornecedores		28.743	120.081	Distribuição do valor adicionado:					
Aumento (diminuição) de impostos e contribuições sociais		119.951	(12.655)	Pessoal					
Imposto de renda e contribuição social pagos		(59.788)	(56.177)						
Pagamento Recuperação de Créditos ICMS – REFIS Estadual		(16.744)	(30.177)	Remuneração direta		88.501	72.861		
Aumento de obrigações estimadas		2.269	619	Benefícios		28.720	29.007		
Aumento de obligações estimadas Aumento (diminuição) de passivo financeiro setorial	9	39.012	(33.033)	FGTS		6.507	4.943		
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	24	(5.815)	(8.540)			0.507	4.943		
	24			Impostos, taxas e contribuições					
Aumento de outras contas a pagar		19.110 428.654	17.537 594.826	Federais		231.323	241.086		
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		428.034	394.828						
Atividades de investimentos		440.454	(400 504)	Estaduais		743.888	635.980		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	44.45.40	118.154	(190.591)	Municipais		1.684	873		
Aplicações no ativo contratual – Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14, 15 e 16	(176.965)	(188.803)	Obrigações intrassetoriais		124.335	95.367		
Alienação de bens do ativo contratual – Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14, 15 e 16	5.026	2.321	T T		124.000	00.007		
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(53.785)	(377.073)	Remuneração de capitais de terceiros					
Atividades de financiamento				Juros	29	130.252	63.003		
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 19	234.209	424.951	Aluguéis		598	372		
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures – principal	18 e 19	(128.065)	(445.762)			390	372		
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures – juros	18 e 19	(53.847)	(36.090)	Remuneração de capitais próprios					
Recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos		4.109	68.103	Dividendos	25.5	280.550	73.175		
Pagamentos de dividendos	25.5	(518.053)	(164.092)		05.5	04.405			
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	20	(2.158)	(1.382)	Dividendos adicionais propostos	25.5	81.105	219.525		
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(463.805)	(154.272)	Reserva legal	25.3	_	1.257		
Variação líquida do caixa		(88.936)	63.481	Reserva de redução de imposto de renda	25.4	82.573	72.978		
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	125.344	61.863	· ·	20.4	02.070	72.570		
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	36.408	125.344	Resultado do Exercício					
Variação líquida do caixa		(88.936)	63.481			1.800.036	1.510.427		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações fi	nancoiras			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
no notas explicativas sau parte integrante das dellionstrações in	nanoonas.			no notae expireativas sau parte integrante uas demonstrações linaliceitas.			continua		





Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto Operacional

1.1. Declaração de conformidade

A Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "EPB"), é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Energisa S/A, atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.508.210 consumidores (informação fora do escopo dos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia

1.2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa Paraíba a concessão para a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado de da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 14 de janeiro de 2031. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo exercício, a critério do poder concedente, conforme Lei nº 12.783/2013.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do servico.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I – operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos un legislação específica; II – realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade

continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas: III — organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

VV – atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores; V – implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI – submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes

namento de acervo documento adultavo, em comminado com a montra vigence.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente – Ministério de Minas e Energia – MME. As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual – infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 26, respec

1.3. Efeitos COVID-19

Em 11 de marco de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também fizeram publicar diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Impactos observados em 2021
Em 2021 a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo vírus, principalmente nos primeiros seis meses do ano, permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação. Nos últimos meses a variante Ómicron tem incomodado, porém não tem trazido fortes impactos na atividade econômica global.

O crescente aumento da vacinação no país, tem contribuído significativamente pelo retorno das atividades operacionais e econômicas da população brasileira. Contudo, no fim de 2021, novas ondas de mortes e disseminação do vírus causaram aumento de preocupação nos principais mercados mundiais reacendendo as discussões na comunidade científica global quanto as consequências no controle da pandemia relacionadas a possíveis precipitações da

retomada das atividades econômicas e nível baixo de vacinação da população mundial.

A Administração da Companhia segue monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constante das medidas protetivas adotadas com o intuito de mitigar tais riscos, sendo que as principais ações adotadas estão listadas a seguir:

• A Companhia segue atenta e monitorando os níveis de sobrecontratação de energia elétrica no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição, uma vez que, o cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil à níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira;

• Adotar o regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia. Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações;

Acompanhamento dos contratos de empréstimos e financiamentos para identificação tempestiva de oportunidades de liquidações ou novas contratações com a finalidade de atenuar eventuais riscos de liquidez;

· Monitorar o incremento da inadimplência das faturas das contas de energia elétrica ocasionado pela retração econômica no Brasil e, sobretudo, pelo impedimento temporário do corte no fornecimento de energia elétrica, a determinados grupos de consumidores, conforme Resolução ANEEL nº 936 de 26 de março de 2021, alterada pela Resolução ANEEL nº 936 de 15 de junho de 2021. A Companhia implementou ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails e realizações de campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital.

Supervisão constante das obras em andamento com ação tempestiva junto a fornecedores para impedimento de atrasos em função do cenário adverso da pandemia. A Administração da Companhia não identificou impactos relevantes em suas operações em função de atrasos nas obras em andamento;
Como forma de atenuar os efeitos da pandemia no Brasil e ciente de suas responsabilidades diante da sociedade, o Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações na sua área de concessão, com destaque para: doação de ventiladores pulmonares, custeio em obras hospitalares para aumento de novos leitos, distribuição de máscaras para população de alto risco, apoio financeiro a programas de fomento para aquecimento da economia e de programas sociais.

Na Companhia 99,6% dos colaboradores já foram vacinados com a 2ª dose da vacina contra COVID-19.

Não foram identificados outros impactos além dos mencionado acima. A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Normais Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme deta Ihado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 32.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de L Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de

II. Nota explicativa nº 9 – Ativos e passivos financeiros setoriais;

III. Nota explicativa nº 12 – Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente; IV. Nota explicativa nº 13 – Ativo financeiro indenizável da concessão (ativo de contrato);

V. Nota explicativa nº 15 - Imobilizado:

VI. Nota explicativa nº 15 – infootnaceo.,
VII. Nota explicativa nº 16 – Intangível;
VII. Nota explicativa nº 24 – Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;

VIII. Nota explicativa nº 27 - Custo e despesas operacionais (energia elétrica comprada para revenda);

IX. Nota explicativa nº 32 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e X. Nota explicativa nº 33 – Benefícios-pós emprego. 3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. 3.1. Principais politicas contabeis

a. Caixa e equivalentes de caixa – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento

As aquisições ou allenação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de divida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de divida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recu-

perável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avaliou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o

valor do principal em aberto.
Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9: Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas Ativos financeiros a custo amortizado

no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado. Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é Ativos financeiros mensurados a VJR reconhecido no resultado. Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros

reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não Instrumentos de dívida ao V.IORA seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. nstrumentos patrimoniais ao VJORA Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é passivos felacionados do saluda esperadas de cuarda, ou a realização de intuitos de catas por intelo da verinda de atuavis, (ii) comercial de actual de acualidade e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naqueles modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de

maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros

são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

Divulgações para premissas significativas – Nota explicativa nº 2.3;
 Consumidores e concessionárias – Nota explicativa nº 6; e

Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco – Nota explicativa nº 32.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de

crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de consumidores e concessíonárias e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de créditos esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2021 compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração – os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. coniomie apropinato.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como seque:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado – passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhun passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado – anós o reconhecimento inicial debentures emitidas empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos

sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamen

Instrumentos financeiros derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto guando designadas em uma contabilidade de

"hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangente" no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 32, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge".

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalias ea relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.

O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a

quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança

no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado; c. Consumidores e concessionárias – inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento

das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras; A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração. d. Estoques – estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização

e. Ativo financeiro indenizável da concessão - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, que estabelece e determina para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao

Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativ de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº13;



1º de janeiro de 2023

1.180

1.720







... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

. Ativos e passivos financeiros setoriais – referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do exercício tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do exercício de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos exercícios tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não

tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão; g. Ativo contratual – Infraestrutura em construção – o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão

h. Imobilizado – itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de

redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

O custo de materiais e mão de obra direta; Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude

Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
 Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. ns do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/

ou de acordo com o prazo de concessão/autorização; i. Intangível - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do servico público de energia elétrica, direito de uso CPC

1. Intargiver — comprehendent, principalmente, os autos reientes aos contatos de contecesad do serviço publica elettica, uneno de despesa de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. j. Arrendamentos - os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito

de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são

mensurados ao custo deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer pova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor exercício entre o prazo do arrendamento e a vida útil

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação,

alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

k. Juros e encargos financeiros – são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

I. Redução a valor recuperável

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. Ágio: teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor

recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não opdem ser revertidas em exercícios futuros.

Ativos intangíveis: ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

(i) Receitas – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Com-

(ii) Custos e despesas operacionais – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e

(iii) Invéstimentos de capital - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas, que por sua vez, são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exer-

cícios findos em 2021 e 2020, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação; m. Empréstimos, financiamentos e debêntures – são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

n. Derivativos – são instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas na demonstração do resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 32:

o. Imposto de renda e contribuição social - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados

pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avaliou se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamer tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021.

não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia;

p. Incentivos fiscais SUDENE – como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fisca recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a Reserva de lucros - Reservas de incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são

mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 12);
q. Provisões – uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

r. Ajuste a valor presente – determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações; s. Dividendos – os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído

t. Receita operacional – as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir

a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.
O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii)

identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços

de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receitas de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização – CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanco, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde as receitas e custos apurados durante o exercício de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida. As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e

de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.
As receitas com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses

montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos

concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

u. Benefícios pós-emprego – a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médica-hospitalar e outros benefícios pós-empregos. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de Benefício Definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de Benefício Definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer

custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de Contribuição Definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médica-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em

atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido;

v. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
w. Demonstração do valor adicionado – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento téc-

nico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – International Accounting Standards Board (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia: Normas Descrição Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após Contratos de seguros

Classificação de passivos como Alterações ao IAS 1 1º de janeiro de 2023 circulante ou não circulante Alterações ao IAS 8 Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 – 1º de janeiro de 2023 IAS 1 (1º de janeiro de 2023)/IFRS 2 – Declaração de prática (sem Definição de estimativas contábeis

Divulgação de políticas contábeis Declaração de Prática data de vigência ou exigência de transição) (ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações finan

Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos

ceiras consolidadas e da Companhia: Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após Normas
IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38; IFRS 7/ Descrição

CPC 40(R1); IFRS 4/CPC 11; e IFRS 16/ 1º de janeiro de 2021 pela reforma da taxa de juros referenciais Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") IFRS 16/CPC 06 (R2): Arrendamentos 31 de março de 2021

em decorrência da pandemia de COVID-19 A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não dentificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia

4 Informações por segmento

5.1. Caixa e equivalente de caixa

IFRS 17

Jm segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem sei alocados em bases razoáveis A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado

do exercício reflete essa atividade 5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras, em 3 de dezembro de 2020, é constituída por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e a rentabilidade média ponderada da carteira equivale a do 104.2% do CDI. Aplicações financeiras de liquidez imediata: Certificado de Depósito Bancário

Total de caixa e equivalentes de caixa (1) 36.408 125.344 (1) As aplicações financeiras, referente ao ano de 2020, apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contrataçã

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados
A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor ren

tabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de2021 equivale a 123,3% do CDI (88,3% do CDI em 2020).

Avaliadas ao valor justo por meio do resultado Fundo de Investimento (1) Fundos de investimentos exclusívos (2) Certificado de Depósito Bancário CDB 1.957 3.309 Cédula de Crédito Bancário (CCB) 113 Títulos públicos 45.875 747 Fundo Multimercado 908 Fundo de Renda Fixa 85.407 55.673 Letra Financeira do Tesouro (LFT) Letra Financeira (LF) 12.758 24.254 Letra Financeira (LFP) Letra Financeira (LFS) 49.956 1.415 Letra Financeira (LTN) 2.449 Nota do Tesouro Nacional (NTNB) Nota do Tesouro Nacional (NTNF) 50.808 743 41.477 200.334 Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante (3) 307.094

(1) Fundos de Investimentos – inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são de 58,0% a 170,5% e média pon a 160,9% e média ponderada 50,6% em 2020) do CDI.

(2) Fundo de investimentos exclusivos – inclui aplicações em CDB, CCB, Títulos públicos, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LFP, LFS, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas a 107,0% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, e 117,3% (63,5% em 2020) do CDI Fundo Zona da Mata, 138,0% do CDI Fundo MAG Zona da Mata e 127,8% (83,8% em 31 de dezembro de 2020) do CDI Fundo Cataguases e (113,5% em 2020) do CDI Fundo FI Energisa (3) Inclui R\$1.945 (R\$2.341 em 2020) referente a bloqueios judiciais e outros, conforme segue:

Bloqueio Judicial Outros 2.341

6 Consumidores e concessionárias Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia não faturada é apurada

por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras. Saldos a vencer

Até 60 dias Mais de 60 dias Até 90 dias 91 a 180 dias 181 a 360 dias Há mais de 360 dias PPECLD (3) 2021

Valores correntes (16 188) 140 088 111 519 Residencial 66.026 11.533 (5.566) 11.410 21.816 Industrial (683) 26.059 19.683 Rural 11.205 10.594 1.809 2.451 683 868 (515) 21.671 16.333 (4.286) 17.472 13.529 Poder público 129 Servico público 12.337 12.011 143 68 115 300 (300)9.431 Fornecimento não faturado 131.540 131.540 83.173 Arrecadação Processo - 2.920 2.046 2.920 Classificação Valores renegociados: (20.537) 34.521 30.012 (6.524)Industrial 1.354 4.373 262 64 263 5.769 5.561 6.209 (8.347) 9.335 13.412 (3.167) 6.306 4.413 (1.260) 22.174 24.503 1.063 779 687 Comercial 1.955 8.707 488 537 4.932 Poder público 1.115 20.847 60 55 670 (31) 15.630 17.502 827 1.348 Iluminação pública 14.346 1.199 730 (11.700) 827 (11.912) Serviço público (-) Ajuste a valor presente 39.655 (72.541) 493.631 416.210 Subtotal - clientes 313.654 71.945 112.134 18.165 10.619 Suprimento de Energia a concessionária - Moeda Nacional (2) 71.784 71.784 85.949 (359) 30.769 14.658 Outros (4) 24.926 5.832

Total 385,438 71.945 117.966 18.527 10.627 64.581 (72.900) 596.184 516.817 Circulante Não Circulante 70.131 60.113 (1) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM Para o desconto a valor presente utilizou-se para 31 de dezembro de2021 a taxa CDI de 8,76% (1,90% em 2020).

(2) Suprimento de energia a concessionária: inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Composição do saldo da CCEE 71.784 **71.784** Sub-total créditos CCEE 85.949

(-) Aquisições de energia na CCEE (-) Encargos de serviços do sistema (133.601) (68.213) (86.391) Total débitos CCEE (82.820)(55.280) (*) Vide nota explicativa nº 17 Fornecedores (3) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD): constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa. 2020 51.008 2021 65.210 Saldo inicial - circulante em 2020 e 2019 Provisões, deduzidas de reversões, constituídas no exercício Baixas de contas de energia elétrica – incobráveis 29.713 (22.015) 37.491 (23.289)Saldo final - circulante em 2021 e 2020 72.908 65.210 Alocação: 65.202 Consumidores e concessionárias 72.900 Outros créditos

(4) Outros: inclui serviços taxados, ICMS originado da geração distribuída e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores. A Companhia possui R\$16.028 (R\$14.541 em 2020) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD que se encontra suspenso por liminares. Em contrapartida tem contabilizado em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante.

ICMS Geração Distribuída: parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuíção, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD) no valor de R\$16.183. A realização do ativo se dará pela cobrança dos valores a serem efetuados junto aos consumidores (vide nota explicativa n°21) Impostos e contribuições sociais 7 Tributos a recuperar

Thousand a recomposition		
	2021	2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	40.981	32.783
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	19.990	16.877
Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL	1.824	1.160
Contribuição do PIS e COFINS	19.469	21.706
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo Pis e Cofins (1)	413.829	449.919
Outros	208	196
Total	496.301	522.641
Circulante	187.166	47.466
Não circulante	309.135	475.175
(1) A Companhia possui créditos de PIS e de COFINS a recuperar de R\$413.829 (R\$449.919 em 2020), referente a redução do ICI	MS na base	de cálculo

após ação transitada em julgado, calculados com base na melhor estimativa da Administração. No início do exercício 2021, foram adicionados novos créditos de R\$24.212, resultado da posição do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) realizado em 13 de maio de 2021 que manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$20.517 (R\$9.963 em 2020), contabilizados em outras





ENERGISA PARAÍBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A CNPJ: 09.095.183/0001-40 **DEMONSTRAÇÕES FINANCE IRAS** energisa

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício

A Companhia ingressou com pedido de compensação em 26 de fevereiro de 2021. Em 12 de maio de 2021, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins, oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia, que optou por recuperar os créditos tributários por meio de compensação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas no exercício foram de R\$80.819

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8 Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios 8.1. Revisão e reajuste tarifário:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e, neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo deseguilíbrio econômico-financeiro da concessão. esume-se, a seguir, a revisão tarifária em vigor:

Resolução Homologatória Efeito médio para o consumidor (%) Vigência (Início) Resolução nomitologatom (%) Avgencia (inicia) Resolução 2,929, de 24 de agosto de 2021
Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não

gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.763, de 27 de agosto de 2020, e Nota Técnica nº 159/2020-SGT/ANEEL, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 28 de agosto de 2020, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 4,28% 8.2. Bandeiras tarifárias:

- As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional SIN,
- por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:
- Bandeira Tarifária Verde; • Bandeira Tarifária Amarela
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:							
Bandeira		Atual R\$/Kwh (2)	Atual R\$/Kwh				
	Anterior R\$/Kwh (1)	REH 2.888/2021 (*)	Resolução Nº 3/2021	Variação total (2)/(1)			
Verde	_	_	_	0%			
Amarela	1,34	1,87	_	40%			
Vermelha 1	4,17	3,97	_	-5			
Vermelha 2	6,24	9,49	_	52			
Escassez hídrica	_	_	14,2	_			
(+) A ANEEL	N 1 # - 4.4	0 0 000	attended to the Department To	attitute and a terror and a section			

*) A ANEEL aproyou, em 30 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2,888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as bandeiras tamanas vigoraram da seguinte forma.		
	2021	2020
Janeiro	Amarela	Amarela
Fevereiro	Amarela	Verde
Março	Amarela	Verde
Abril	Amarela	Verde
Maio	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde
Julho	Vermelha Patamar 2	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Escassez Hídrica	Verde
Outubro	Escassez Hídrica	Verde
Novembro	Escassez Hídrica	Verde
Dezembro	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar 2
Bandeira Escassez Hídrica		

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R\$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no exercício de setembro de 2021 a abril de 2022. A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica –TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

8.3. Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica
Foi instituído através da Resolução № 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional – SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emerge enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida o programa o implementado riecularia e a concessora de bornos em tatuar, no valor de na 2000 (cinquenta teats) para cada i too (cent) with, em comadante da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição. E será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio. O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigerá por quatro ciclos de faturamento, contados a

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram apurados R\$19.352 em bônus de redução voluntária do consumo a serem repassados aos consumidores, cuja obrigação foi reconhecida na rubrica de Outros passivos circulante - Bônus de redução voluntária de consumo, tendo como contrapartida uma redução na receita operacional. Por outro lado, o direito de ressarcimento da Companhia pelo bônus concedido como Reembolso do Fundo CDE no grupo de Outros créditos no ativo circulante (vide nota explicativa nº 10) e, tendo como contrapartida uma rubrica de receita operacional de forma a gerar

o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. 8.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuídoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, a administração da Companhia encontra-se bem posicionada. a entre a ANEE

mento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021. No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

1) Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer nº 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos sequintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação do conceito do máximo esforço para exposição do conceito do máximo esforço para exposição do conceito do máximo esforço para exposição do c

2) Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado – SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedade, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência.

Analisando esta última proposta, a Companhia entendeu haver maior aderência entre os resultados esperados e aqueles obtidos pelo novo entendimento da ANEEL, sem prejuízo de novos pleitos junto à agência para adequação de pontos ainda divergentes. Desta forma, com base na metodologia trazida pela área técnica da ANEEL por meio da Nota Técnica no 121/2021-SRM/SGT/ANEEL a Administração revisitou as suas estimativas e premissas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referente a sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2021, proporcionalizando um efeito negativo no resultado do exercício de R\$5.900.

Dos valores reconhecimento no resultado do exercício o montante de R\$17.500 foi contabilizado na rubrica de receita operacional bruta - constituição e amortização CVA ativa e passiva e R\$3.900 de atualização financeira devedora, registrado em despesas financeira na rubrica de atualização financeira -

9 Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros que são incluídos nas tarifas no início do exercício tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do exercício de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros exercícios tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização,

quando da extinção da concessão. A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir

Receita Resultado Operacional financeiro

Amorti- Remu-Transfe- Saldos Valores em Valores em Circu-Ativo Financeiro Setorial $\underline{\text{em 2020}} \ \underline{\text{Adição}} \ \underline{\text{zação}} \ \underline{\text{neração}} \ \underline{\text{rência}} \ \underline{\text{em 2021}} \ \underline{\text{Amortização}} \ \underline{\text{Constituição}} \ \underline{\text{lante}} \ \underline{\text{Circulante}}$ Itens da Parcela A (1) Energia elétrica comprada para revenda 5.758 4.689 (8.478) (1.969) Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA 4.319 (1.319) 62 2 710 2 710 2 710 Encargo de serviços de sistema ESS (3) 9.851 175.503 (15.959) 151.662 71.345 1.427 170.822 19.160 1.047 Transporte de Energia Elétrica Rede Básica 10.835 4.671 (5.066) 94 11.581 9.684 1.897 10.337 Conta de Desenvolvimento Energético – CDE 19.695 (6.664) 445 309 (373)12.794 12.901 202 Componentes financeiros Neutralidade da Parcela A (692 1.614 (47) (1.643)Sobrecontratação de energia (2) 15.660 16 236 (747) 4.126 (5.201) 30 074 2 874 27 200 2 874 27 200 12.699 15.992 (14.360) 14.514 192 14.580 Exposição de submercados 375 14.706 126 145 304 (222) (9) 219 219 219 Garantias Financeiras 558 512 (520) 560 335 225 412 148 Saldo a compensar (6 (13)(3.894)181.485 115.378 **Total Ativo** 60.768 243.522 (49.367) (1.978) (9.170) 243.775 62.290 128.397 Receita Resultado Operacional financeiro Saldos Passivo Financeiro Setorial em 2020 Adição zação neração rência em 2021 Amortização Constituição lante Circulante Itens da Parcela A (1) Energia elétrica comprada para revenda 52.940 (70.057) (4.192) (1.969) 8.528 28.023 Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA ransporte de Energia Elétrica Rede Básica (1.008)(53) 1.047 Conta de Desenvolvimento Energético - CDE 753 (373)(380)44 Neutralidade da Parcela A (4) 2.992 4.136 (1.132) (1.643)4.397 2.305 2.092 3.025 1.372 92.072 (5.201)89.326 30.731 82 2.110 2.584 1.088 Saldo a compensar (6 195 (670)552 1.558 1.022 - 25.099 5.942 (27.048) Outros Financeiros (8) Devoluções Tarifárias (7) 2.238 (1.683) (8.636)16.463 2.238 104.749 148.857 (87.050) (1.951) (9.170) 155.435 44,409 111.026 80.122 Total Passivo 75.313 Saldo líquido (43.981) 94.665 37.683 (27) — 88.340 17.881 70.459 35.256 53.084 (1) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA: a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de COVA, com o propósito de COVA, com o propósito de COVA, com o propósito de C Saldo líquido

registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no exercício entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos

de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente con base na taxa SELIC.

(2) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia: as distribuidoras de energia elétrica devem garantir, por meio de co energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo;

(3) Encargo de Serviço do Sistema - ESS: representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional – SIN.

(4) Neutralidade da Parcela A: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas;

(5) Exposição de submercados; representa o resultado financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em função das transferências de energia entre submercados; (6) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior: conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se

o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada; (?) Devoluções Tarifárias: referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), iniciado a partir de novembro/2017, são apropriados em passivos setoriais, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da

SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária (5CRTP); e (B) Outros itens financeiros – considera-se créditos de PIS/COFINS R\$22.795 no processo tarifário de 2021 que foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS acerca de ações judiciais que questionam a incidência sobre ICMS. Tal assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, em situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão

da referida Consulta Pública A Companhia protocolou em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da Conta-COVID no valor máximo de

R\$86.992, destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros setoriais, dos quais todo o montante já foi recebido, conforme segue Despachos

Data entrada de recurso Despacho ANEEL nº 2.177 de 24 de julho de 2020 31 de julho de 2020 Despacho ANEEL nº 2.353 de 11 de agosto de 2020 Despacho ANEEL nº 2.640 de 11 de setembro de 2020 11.637 12 de agosto de 2020 Despacho ANEEL nº 2.914 de 09 de outubro de 2020 13 de outubro de 2020 Total recebido

A criação da Conta COVID foi instituída pelo Decreto nº 10.350/2020 em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" — CVA (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de setembro de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B.

O principal objetivo da instituição da Conta-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente.

De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da Conta-COVID. Conforme artigo 8º da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA-COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias. Os valores da Conta-COVID foram incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

10 Outros créditos

	Subvenção Baixa Renda (1)	20.828	19.214
	Ordens de serviço em curso – PEE e P&D	21.707	15.587
	Ordens de serviço em curso – outros	21	23
	Subvenção CDE –Desconto Tarifário (2)	21.345	17.724
	Bônus – Reembolso do Fundo CDE (1)	19.352	_
	Créditos com terceiros – Alienação de bens e direitos	13.703	8.841
	Depósito para reinvestimento – Incentivos Fiscais (3)	6.881	_
1	Adiantamentos	2.906	951
	Outros (4)	8.907	8.773
	Total	115.650	71.113
1	Circulante	113.235	68.698
	Não circulante	2.415	2.415

(¹) Vide nota explicativa nº 8.3 – Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica.
(1) Subvenção Baixa Renda – esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de

Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2021 cuja previsão de recebimento será no próximo trimestre e a Administração não espera apurar perdas em sua realização. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Saldo inicial - circulante - em 2020 e 2019 Subvenção baixa renda 117.920 144.605 (141.526) 19.214 Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE (116.306) 20.828 (2) Subvenção CDE – Desconto Tarifário – refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são

operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte. Saldo inicial - circulante - em 2020 e 2019 92.244

reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período - receita

Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural 94.552 Ressarcimentos e compensações Saldo inicial – circulante – em 2021 e 2020 (3) Depósito para reinvestimento - Incentivos Fiscais: Refere-se ao benefício de reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, que a Comp acão na área de atuação da SUDENE. ins estir em seus próprios empreendim prioritários para o desenvolvimento regional:

(4) Outros – inclui R\$8 (R\$8 em 2020) de provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa, R\$3.859 (R\$3.691 em 2020) referente a com partilhamento de infraestrutura, conforme contrato aprovado pela ANEEL, R\$1.064 (R\$1.064 em 2020) de ressarcimento a geradores e R\$1.288 (R\$1.288 em 2020) de energia livre – geradores.

11 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, que por sua vez detém o controle acionário de outras Companhias:
• Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S/A (EMG); Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A (EBO);

Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A (ESE);
 Energisa Nova Friburgo – Distribuidora de Energia S/A (ENF);

Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A (ERO);

Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A (EAC);
Energisa Soluções S/A (ESOL);

 Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A; Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e

Voltz Capital S/A.

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Denerge – Desenvolvimento Energético S/A, Rede Energia Participações S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação indireta nas seguintes

Companhias, como segue: Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A

Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;

 Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A • Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;

Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A; e

Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A

Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);

Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A (EMT);
 Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A (ETO);
 Energisa Sul Sudeste – Distribuição de Energia S/A (ESS);

Multi Energisa Serviços S/A (Multi);
 Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER);

• Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE); e QMRA Participações S/A.

Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A:

Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (Laralsol); e

 URB Energia Limpa Ltda. (URB). Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

		Disponibilização do	Comissão avai			Saldo a pagar	Saldo a (pagar) –
	Serviços s	sistema de transmis-	e debentures -	Operação	Saldo	aval e debêntu-	Disponibilização
	contratados	são e distribuição	outras despesas	com FIDC -	a pagar (for-	res - outras con-	de sistema de
	(Despesas)	(Receita/(Despesa)	financeiras (7)	Receitas	necedores)	tas a pagar (7)	transmissão
Energisa S/A (1)	(37.239)	_	(36.043)	_	(6.013)	(244.916)	_
Multi Energisa Serviços S/A (2)	(4.074)	_	_	_	(665)	_	_
Energisa Borborema – Distribui-							
dora de Energia S/A (3)	_	10.520	_	_	_	_	_
Energisa Soluções S/A (4)	(1.068)	_	_	_	(189)	_	_
Energisa Goiás Transmissora de							
Energia I S/A (5)	_	(220)	_	_	_	_	(17)
Energisa Pará Transmissora de							
Energia I S/A (5)	_	(232)	_	_	_	_	(18)
Energisa Pará Transmissora de							
Energia II S/A (5)	_	(14)	_	_	_	_	(1)
Energisa Amazonas Transmissora							
de Energia S.A.	_	(101)	_	_	_	_	(3)
Fundo de Investimento – FIDC (6)				146			
2021	(42.381)	9.953	(36.043)	146	(6.867)	(244.916)	(39)
2020	(41.852)	8.942	(19.239)	_	(6.353)	(221.532)	(19)
(1) Energisa S/A - refere-se a s	ervicos admini	strativos e de compar	tilhamento de recu	irsos humano	s para execu	cão de parcela do	s macroprocessos

prestados à Companhia. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos de compartilhamento foram aprovados pela Aneel e firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL;

(2) Multi Energisa Serviços S/A - refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referen ciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;
(3) Energisa Borborema Distribuidora de Energisa S/A – os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à





(858.472)

803.364

2020

continua.

DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A CNPJ: 09.095.183/0001-40

ENERGISA PARAÍBA









A UNIÃO – João Pessoa, Paraíba - SÁBADO, 26 de março de 2022

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado; (4) **Energisa Soluções S/A** – as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de etos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória

(5) Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A e Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A – refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição conforme previsto no contrato de concessão;

(6) Fundo de Investimentos - FIDC - referente ao montante recebido do fundo de investimento por conta da cessão de créditos realizados no exercício; e (7) A Companhia efetuou a 2ª, 3ª, 9ª e 10ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa n°19. Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado é de R\$244.405 (R\$221.212 em 2020). Custo do contrato de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora para contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 monta em R\$511 (R\$320 em 2020);

Remuneração Anual (a) Remuneração dos membros do Conselho de Administração Remuneração da Diretoria 1.852 1.780 Outros Benefícios (b) 3.173 1.847

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2021 foi aprovado na AGO/E de 29 de abril de 2021 (b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2021, foram de R\$48 e R\$2 (R\$46 e R\$2 em 2020), respectivamente. A remuneração média em 2021 foi de R\$23 (R\$15 em 2020). Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return – TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as segu	intes premissas:		_				
	1º programa ILP (1)	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP			
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo			
Total de opções de ações outorgadas	27.326	24.889	23.514	27.010			
Data de aprovação do Conselho de Administração	10 de maio de 2018	09 de maio de 2019	10 de fevereiro de 2021	13 de maio de 2021			
Data do início <i>vesting</i>	02 de maio de 2018	10 de maio de 2019	21 de dezembro de 2020	14 de maio de 201			
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos			
Taxa de juros livre de risco (2)	8,20%	7,70%	5,27%	6,80%			
Volatilidade (3)	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%			
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54.97	R\$43,69	R\$36,23			
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação			
1) Em 13 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de							
Longo Prazo cujo montante foi de R\$798 representativo de	e 16.968 Units, já líquido	de imposto de renda re	etido na fonte de responsabil	idade do beneficiário.			
2) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2021). Para o							

2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2022. Para o 3º Programa Taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023). Para o 4º Programa: Taxa de juros = 6,795% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2023).

3) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares")

para o Total Shareholder Return TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa parla o Total ofinitarione neum 15h internacional del care del company de la company d

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das acões (Units) restritas com condições de performance (Performance Shares)

em atendimento ao IFRAS 2CPC Us, a Comparima apurou o valor justo das ações (Omis) restritas com condições de periormantes (Fernomantes Startes) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidos R\$1.563 (R\$1.049 em 2020) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício, na rubrica despesas gerais e administrativas — pessoal e administradores. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 31 de dezembro de 2021 em R\$2.823 (R\$1.563 em 2020).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O Imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

			2021	
Ativo – Diferenças temporárias				
Imposto de renda			87.055	101.854
Contribuição social sobre o lucro			31.340	36.667
Total – não circulante			118.395	138.521
Passivo – Diferenças Temporárias				
Imposto de renda			70.571	51.368
Contribuição social			25.406	18.492
Total – não circulantes			95.977	69.860
Total líquido – ativo não circulante			22.418	68.661
As diferenças temporárias são como segue:				
*		2021		2020
	Baco do cálculo	IDD I . CCCI	Baco do cálculo IDE	1220 . 1

	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de calculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Créditos fiscais – ágio (1)	99.094	33.692	109.974	37.391
Provisão ajuste atuarial	101.393	34.474	128.685	43.753
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.	25.716	8.743	26.445	8.991
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa – PPECLD	72.908	24.789	65.210	22.171
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras).	37.021	12.587	48.447	16.472
Ajuste a valor presente	11.912	4.050	3.356	1.141
Marcação a mercado da dívida	177	60	25.299	8.602
Outras exclusões temporárias	(6.588)	(2.240)	(3.560)	(1.210)
Marcação a mercado – derivativo	(40.020)	(13.607)	(46.044)	(15.655)
Parcela do VNR – ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(235.676)	(80.130)	(155.868)	(52.995)
Total – ativo não circulante	65.937	22.418	201.944	68.661
(1) Benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo exercício remanescente de	e exploração da conc	essão, pelo méto	odo linear.	
A seguir, as realizações dos créditos fiscais:	. ,			
Exercícios			Realização dos c	réditos fiscais
2022			-	8.079

2024		10.756
2025		11.617
2026		12.303
2027 e 2028		25.199
2029 a 2031		41.143
Total		118.395
Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação d são demonstrados como seque:	os créditos tributários r	registrados,
Ü	2021	2020
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	540.555	438.465
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíguotas fiscais combinadas	(183,789)	(149.078)

Resultados antes dos tributos sobre o lucro	540.555	438.465
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas	(183.789)	(149.078)
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(1.665)	(1.102)
Créditos sobre incentivos fiscais (1)	82.573	72.977
Benefícios fiscais – Lei do Bem	2.513	1.769
Outras exclusões permanentes (2)	4.041	3.904
Imposto de renda e contribuição social	(96.327)	(71.530)
Alíquota efetiva	17,82%	16,31%
(1) Em maio de 2020, a SUDENE aprovou o enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais da Compa	nhia, para o e	exercício de
01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2029, através do Laudo Constitutivo nº 0020/2020 – Ofício 1150/2020 (SUDENE), emitido	em 25 de ma	io de 2020.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram registrados diretamente na demonstração de resultado na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Pro-(2) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador). Doações/Patrocínios

Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de

taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos. Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Súpremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de

Julgamento, enquanto o acordão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021. A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores a restituir do passivo, que em 31 de dezembro compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

13 Ativo financeiro indenizável da concessão

2023

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no

contrato de concessão assinados pela Companhia e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como Receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$80,322 (R\$26,448 em 2020).

ı	Segue as movimentações ocorridas no exercício:		
ı		2021	2020
ı	Ativo financeiro valor justo – em 2020 e 2019	762.906	640.976
ı	Adições no exercício (1)	94.369	96.162
ı	Baixas no exercício	(2.070)	(680)
ı	Receitas operacionais – ativo financeiro indenizável da concessão (2)	80.322	26.448
ı	Ativo financeiro valor justo – em 2021 e 2020	935.527	762.906
ı	(1) Adiçãos no evergícios referem os à transferências originados de etivo contratual infranctrutura em construção:		

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. Ativo contratual – infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20

	Saidos em 2020	Adição	Transferencias (1)	Daixas (2)	Saldos em 2021
Ativo contratual – infraestrutura em construção					
Em construção	73.707	176.959	(73.144)	(102.701)	74.821
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	20.128	13.649	(4.861)	(8.332)	20.584
Total do ativo contratual – infraestrutura em construção	53.579	163.310	(68.283)	(94.369)	54.237
	Saldos em 2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 2020
Ativo contratual – infraestrutura em construção					
Em construção	80.455	187.500	(91.151)	(103.097)	73.707
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	27.454	5.771	(6.162)	(6.935)	20.128
Total do ativo contratual – infraestrutura em construção	53.001	181.729	(84.989)	(96.162)	53.579
(1) O montante de R\$68.283 (R\$84.989 em 2020) foi transferido para	o Intangível - contr	ato de cono	essão.		

(2) As baixas no montante de R\$94.369 (R\$96.162 em 2020) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde

a parcela bifurcada do ativo contratual - infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

Amortização Acumulada

Subtotal

9.298

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor

recuperável (impairment) acumuladas, quar	ido aplicável.	,	,			.,		
Por natureza, o valor do ativo imobilizado é	composto da seguinte	e forma:						
	Taxa Média de	Saldos						
	Depreciação (%)	em 2020	Adição	Transfer	rências (1)	Baixas	Depreciação	Saldos em 2021
Imobilizado em Serviço								
Custo								
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33%	327	_		3.333	-	_	3.660
Máquinas e Equipamentos	15,70%	26.442	_		2.619	(102)	-	28.959
Veículos	14,29%	64	_		_	-	-	64
Móveis e utensílios	6,25%	13.718			109			13.827
Total do imobilizado em serviço		40.551	-		6.061	(102)	-	46.510
Depreciação acumulada								
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		(168)	_		(1)	-	(33)	(202)
Máquinas e Equipamentos		(20.001)	_		(1)	46	(1.904)	(21.860)
Veículos		(64)	_		_	-	-	(64)
Móveis e utensílios		(10.770)					(441)	(11.211)
Total Depreciação acumulada		(31.003)			(2)	46	(2.378)	(33.337)
Subtotal Imobilizado		9.548	_		6.059	(56)	(2.378)	13.173
Imobilizado em curso		5.414	_5.019		(6.078)			4.355
Total do Imobilizado		14.962	5.019		(19)	(56)	(2.378)	17.528
	Taxa I	Média de	Saldos					
	Depreci	ação (%)	em 2019	Adição	Transferê	ncias (1)	Depreciação	Saldos em 2020
Imobilizado em Serviço								
Custo								
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		3,33%	327	_		_	_	327
Máquinas e Equipamentos		16,10%	24.323	_		2.119	_	26.442
Veículos		14,29%	64	_		_	_	64
Móveis e utensílios		6,25%	13.617	_		101	_	13.718
Total do imobilizado em serviço			38.331	_		2.220	_	40.551
Depreciação acumulada								
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias			(157)	_		_	(11)	(168)
Máquinas e Equipamentos			(18.240)	_		_	(1.761)	(20.001)
Veículos			(64)	_		_	_	(64)
Móveis e utensílios			(10.287)				(483)	(10.770)
Total Depreciação acumulada			(28.748)	_		_	(2.255)	(31.003)
Subtotal Imobilizado			9.583	_	-	2.220	(2.255)	9.548
Imobilizado em curso			185	7.706		(2.477)	<u> </u>	5.414
Total do Imobilizado			9.768	7.706		(257)	(2.255)	14.962
(1) O montante de R\$ 19 (R\$ 257 em 2020)	, refere-se às reclass	ificações pa	ara o Intanç	jível – con	trato de con	cessão.		
(1) 0	,			,				_

16 Intangível

						2021 2020
Intangível – contrato de concessão						673.711 690.112
Intangível – direito de uso						2.780 4.916
Intangível – software						16.408 12.600
Total						692.899 707.628
16.1. Intangível – contrato de concessão						101.020
To. 1. Intaligiver Contrate de Concessão	Taxa Média de	Saldos				
	Amortização	em 2020	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2021
Intangível Em Serviço						
Custo	4.13%	1.661.836	73.161	(12.467)	_	1.722.530
Amortização Acumulada	,	(858.472)	2	9.567	(93.556)	(942.459)
Subtotal		803.364	73.163	(2.900)	(93.556)	780.071
Obrigações vinculadas à concessão				(,	(/	
Custo	3.87%	213,454	4.861	_	_	218.315
Amortização Acumulada	-,,-	(100.202)		_	(11.753)	(111.955)
Subtotal		113.252	4.861	_	(11.753)	106.360
Total		690.112	68.302	(2.900)	(81.803)	673.711
	Taxa Média de	Saldos		(=1000)	(611000)	
			T	D-! (0)	At! ~ ~ . (0)	0-1-1 0000
	<u>Amortização</u>	em 2019	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2020
Intangível Em Serviço	4.400/	4 500 000	04.454	(40.044)		4 004 000
Custo	4,16%	1.580.999	91.151	(10.314)	-	1.661.836

Obrigações vinculadas à concessão 207.292 6.162 213.454 Custo Amortização Acumulada (88.437)Subtotal 118.855 6.162 (1.641) 690.112 Total 680.432 84.989 (73.668)(1) Do montante de R\$68.302 (R\$84.989 em 2020), R\$ 68.283 (R\$84.989) foi transferências originadas do ativo con

(781.712)

799,287

91.151

(1.641)

(85,433)

contrato de concessão e R\$ 19 refere-se às reclassificações para o imobilizado.

e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacion (3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$ 1.453 (R\$1.054 em 2020). Obrigações vinculadas à concessão A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada

(2) As baixas no montante de R\$2.900 (R\$1.641 em 2020), referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de desativação – ODD

cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa da ANEEL nº 691 de 08 de dezembro de 2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Servico Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,13% (4,16% em 2020).

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas

Contribuições do consumidor (1)	83.227	69.578
Participação da União, Estado e Municípios (2)	219.559	219.559
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	20.628	20.628
(-) Amortização acumulada	(111.955)	(100.202)
Total	211.459	209.563
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	84.515	76.183
Infraestrutura – Intangível em serviço	106.360	113.252
Ativo contratual – infraestrutura em construção	20.584	20.128
Total	211.459	209.563
(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornacimento de energia elétrica en	n áreas não inc	rluídas nos

projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos.

Taxa Média de Saldos

16.2. Intangível - direito de uso Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Amortização (%)	em 2020	Adição	Transfe	rências	Baixas	Amortização	Saldos em 2021
Intangível – direito de uso – Imóveis								
Custo	20,94%	8.011	1.818	3	83	(2.376)	_	7.536
Amortização Acumulada		(3.095)	_	-	(83)	· _	(1.578)	(4.756)
Total		4.916	1.818			(2.376)	(1.578)	2.780
		Taxa Mé	dia de	Saldos				
		Amortizaç	ão (%)	em 2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2020
Intangível – direito de uso – Imóveis								
Custo		2	5,18%	5.591	2.438	(18)	_	8.011
Amortização Acumulada				(1.441)	_		(1.654)	(3.095)
Total				4.150	2.438	(18)	(1.654)	4.916
16.3. Intangível – software								
	Taxa I	Média de	Saldos					
	Amortiz	ação (%)	em 2020	Adição	Transfe	erências	Amortização	Saldos em 2021
Intangível – software e outros								
Custo		20,00%	68.869	_		3.434	_	72.303
Amortização Acumulada			(58.611)	_		_	(4.306)	(62.917)
Em curso			2.342	8.114		(3.434)	_	7.022
Total			12.600	8.114			(4.306)	16.408











) a Barranatus e e e e		
	CONTINUAÇAO (-	as Demonstrações Fin	anceira	as para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)
Intangível – software e outros Custo	<u>Amortizaç</u>	<u>ão (%) em 2019</u> <u>Adição</u> <u>Tran</u>	sferências Amortização Saldos 469 –	68.869	Operações 2021 2020 Emissão Emitidos/circulação Rendimentos Vencimento do principal de juros de juros Debêntures 6ª Emissão 1º Série 72.408 72.104 10/06/2019 72.000/72.000 CDI + 0,73% a.a. jun/24 jun/24 Final 5,15% Debêntures 6ª Emissão 2º Série 48.275 48.072 10/06/2019 48.000/48.000 CDI + 0.83% a.a. jun/26 jun/26 Final 5,25%
Amortização Acumulada Em curso	2	(53.919) – — 2.554	- (4.692) (212) –	(58.611) 2.342	Debêntures 7 ⁸ Emissão 61.727 60.636 15/02/2020 60.000/60.000 CDI + 0,95% a.a fev/23 Final 5,37% Anual após
Total 17 Fornecedores		14.481 2.554	257 (4.692)	12.600	Debêntures 8ª Emissão 12 Série 9.138 8.225 11/10/2020 146.933/146.933 CDI + 2,30% a.a ago/25 ago/23 6,72% Debêntures 9ª Emissão 12 Série 9.138 8.225 11/10/2020 8.020/8.020 IPCA+4,2297% a.a out/27 Final 14,29%
CCEE (1)			2021 68.213		Debêntures 9 ^a Emissão 2º Série 70.668 63.589 11/10/2020 61.980/91.980 IPCA+4,4744% a.a out/30 out/28 14,53% Anual após out/28 Anual após
Contratos Bilaterais ⁽²⁾ Encargos do serviço do sistema ⁽³⁾ Conexão à rede			118.332 86.391 1.565	97.892 7.628 1.540	Debêntures 10 ⁸ Emissão 56.336 – 15/10/2021 54.634/54.634 IPCA+6,0872% a.a out/31 out/29 16,15% Custo de captação incorrido na
Uso do sistema de distribuição (CUSD) Operador Nacional do Sistema Elétrico			1.266 15.673	955 17.210	contratação (4.939) (5.844) Marcação à Mercado de Dívida 177 25.299 Total 738.143 752.410
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾ Total Circulante				34.169 292.995 280.549	(*) A = Aval Energisa S.A. e SG = Sem Garantia. Em 15 de outubro de 2021 a Companhia efetuou a 10 ⁸ emissão de debêntures em moeda corrente, no montante de R\$54.634 com vencimento er
Não circulante (1) CCEE – a conta CCEE é composta	pelas duas últimas provisões o	do MCP e diminuiu principalmente p	8.963	12.446	outubro de 2031 e remuneração de IPCA mais 6,0872% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 29 de outubro de 2021 destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A totalidade das emissões das deb foram totalmente adquiridas pela controladora Energisa S/A.
Diferenças), que atingiu média próxima a de energia no MCP (Mercado de Curto P	Prazo), também valora as despe	sas relacionadas ao Risco Hidrológio	o que, conforme previsto na Lei nº 12.		Condições de <i>covenants</i> As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas gr
são assumidas pelas distribuidoras com (2) Contratos bilaterais – corresponde do dólar, impactando de forma direta na	as aquisições de energia elétric	ca ocorrida no exercício, firmados co	m geradores apresentando variação e		são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo: Cláusulas Restritivas Dívida líquida/EBTIDA Ajustado (*) (**) Menor ou igual a: 4,00 Trimestral
de inflação (IPCA/IGP-M/INPC). (3) Encargos de Serviço do Sistema –					(*) Para a 8 ⁸ emissão da Energisa Paraíba possui limite de 4,25x até o vencimento.
micas fora da ordem de mérito de custo do 4ºTRI de 2021, a situação ainda é de a garantia da seguranca do atendimento	e atenção com o nível dos reser				(**) Para a 4ª emissão sem efeitos dos ativos e passivos financeiros setoriais. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2 exigências contratuais foram cumpridas.
(4) Materiais, serviços e outros: refere de distribuição, com prazo médio de liqu	e-se às aquisições de materiais,	serviços e outros, necessários à exe	cução, conservação e manutenção do	os serviços	Vencimentos Em 31 de dezembro de 2021, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:
Empréstimos, financiamentos e A movimentação dos emprestimos e fina	anciamentos está demonstrada				2023
Mensuradas ao custo			cargos, atualização Custos , cambial e Custos Apropriados	Saldos 2021	2024 2025 2026
Moeda Nacional Pré Fixado	10.029 –	(10.012) (180)	163 –	_	Após 2026 Total
INPC IPCA CDI	- 154.970	(17.146) (4.699) - (3.508) (20.000) (13.561)	14.833 – 13.691 – 9.230 –	.0000	A Companhia atua como arrendatária em contratos referentes imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes,
CDI Gastos com captação Total	(179) –	(20.000) (13.561) - (47.158) (21.948)	9.230 – 181 (23) 38.098 (23)	135.416 (21) 399.075	lecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição. A mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, em conformidade com o CPC 06 (R2), procedeu ao uso da de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela própria
Circulante Não circulante	164.091 8.649			19.213 379.862	Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode gerar distorções nas informações a prestadas. Por conta disto, a Companhia avaliou estes efeitos e concluiu quanto sua imaterialidade para as demonstrações financeiras. As obrigados podes por conta disto, a Companhia avaliou estes efeitos e concluiu quanto sua imaterialidade para as demonstrações financeiras. As obrigados podes pod
Saldos 2019 (Mensuradas ao custo	Pagamento Paga Captação de Principal de	mento Encargos, atualizado Juros monetária, cambial e Cus			arrendamentos não estão sendo demonstradas líquidas de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS, oriundos de contratos de arrenda não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.
Moeda Nacional Pré Fixado 15.125	- (5.088)		518 – -	- 10.029	As movimentações do exercício são como segue: Prazo médio Taxa efetiva Saldos contratual (anos) a.a. (%) em 2020 Adição Amortização Juros Baixas e
CDI 23.564 Gastos com captação (97) Outros 3.492	152.000 (23.462) (349)	` <u>-</u>	354 – – 688 (770) – 357 – –	- 159.747 - (179) - 3.143	Arrendamentos operacionais – Imóveis 4 8,89% <u>5.148</u> 1.818 (2.158) 537 (2.376) Total <u>5.148</u>
otal do custo 42.084 Mensurados ao valor justo		(2.092) 10.4		- 3.143 - 172.740	Circulante 1.681 Não circulante 2.467 Prazo médio Taxa efetiva Saldos
Moeda Estrangeira Dólar 178.045 Marcação a mercado 208	- (222.996)	(4.122) 49.0			Arrendamentos operacionais – Imóveis contratual (anos) a.a. (%) em 2019 Adição Amortização Juros Baixa e 4 8,89% 4.288 2.438 (1.382) (178) (18) 1
larcação a mercado 208 otal ao valor justo 178.253 otal 220.337		(4.122) 49. (6.214) 59.		<u> </u>	Total <u>4.288</u> Circulante 1.776
irculante 132.413 ão circulante 87.924				164.091 8.649	Não circulante 2.512 Em 31 de dezembro de 2021, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim progra
composição da carteira de empréstim mpresa/Operação		otal Ve	er encontradas no detalhamento abai nci- Amortização (Taxa efetiva ento do principal de juros) (2	a Garan-	2023 2024
INAME – Itaú (4) arcelamento FUNASA		.029 2,50% a 8,70% a.a. (Pré) ja .143 INPC + 5,28% de	n-25 Mensal 2,50% a 8,70% z-29 Mensal 15,44%	% A	Após 2025 Total
CB Bradesco 24032020 ⁽³⁾ CB Itaú 25032020 PB X BTG PACTUAL – BNDES 3/20 –		.414 CDI + 1,6698% a.a ma .333 CDI + 4,10% a.a ma			21 Impostos e contribuições sociais Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (*) 2021 112.189
A (1) EPB X BTG PACTUAL - BNDES 3/20 -	113.461	- IPCA + 5,03% ab		% A+R	Encargos sociais Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ 6.416
B ⁽¹⁾ EPB X ENERGISAPREV – Migração 20	51.692 020 (5) 17.117	IPCA + 5,03% deINPC + 5,28% ju	z-34 de fev/31 15,09% n-33 Mensal 15,09%	% A	Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL Contribuições ao PIS e a COFINS 21.892
EPB X ENERGISAPREV – Déficit 2020 EPBX ENERGISAPREV- Déficit 2015, (¿ Custo de captação incorrido na contrata	(2018 e 2019 (5) 1.682	 INPC + 5,28% no INPC + 5,28% no 179) 			Imposto de renda retido na fonte – IRRF Pis e Cofins - Sobre atualização efeitos da redução do ICMS Outros 1.659
Total em Moeda Nacional Total	399.075 172 399.075 172	.740			Total 152.625 1 Circulante 114.371
 (*) A = Aval Energisa S.A. e R = Recebís (1) Condições de covenants - o contrato níveis. Essas garantias são estruturadas 	o possui cláusulas restritivas qu				Não circulante 38.254 (*) Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS: Em 2021, inclui R\$16.028 (R\$14.541 em 2020) referente ao ICMS incidente TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (vi
Cláusulas Restritivas Dívida líquida/EBTIDA Ajustado			gual a 4,25 até vencimento Trimestr	gibilidade ral e Anual	explicativa nº 6); • ICMS recolhido por espontaneidade
D descumprimento desses níveis pode in de riscos). Em 31 de dezembro de 2021 2) As taxas efetivas de juros representar	1, as exigências contratuais fora	m cumpridas;	•		ICMS de Geração Distribuída (GD) (*) ICMS – Valor principal Juros
os efeitos do hedge cambial, demonstra alocar o pagamento de juros na atividad	idos na nota explicativa nº 32 – I de de financiamento na demons	nstrumentos financeiros e gerenciar tração do fluxo de caixa.	nento de riscos. A Companhia tem co	mo prática	Total dos recolhimentos de ICMS por espontaneidade (*) ICMS de geração distribuída: refere-se ao ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos co
 Em 19 de março de 2021 a Compar dequação do indexador financeiro ao pi le dívida deve ser reconhecido na recei 	raticado no mercado. Tal operaç	ão gerou uma modificação não subs	tancial e o impacto no valor justo do in		dores de geração distribuída (GD). A Companhia efetuou recolhimento dos valores por espontaneidade junto a Secretaria de Estado da Fazenda da em 30 de agosto de 2021, tendo registrado na rubrica Consumidores e concessionárias (vide nota explicativa nº 6) o montante de R\$16.183, no at circulante e realizará a cobrança dos valores junto aos consumidores.
4) Em 15 de maio de 2021, a Compan alor de R\$3.645.	nhia efetuou a liquidação anteci	pada dos financiamentos na modali	dade Finame junto ao Banco Itaú Uni		22 Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins
5) Alteração efetuada nos planos de pr as rubricas benefício pós emprego e em Garantias:			em uma reclassificação na patrocina	idora entre	Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do P COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que por excluído da base de cálculo das contribuições.
Os financiamentos obtidos junto ao Fina A Companhia tem como prática contábil			nonstração do fluxo de caixa.		Em maio de 2019 transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia. Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, a Companhia constituiu ativo de PIS e de Companhia constituiu ativo de PIS e de Companhia constituiu ativo de PIS e de Compa
Os principais indicadores utilizados para exercício:	a a atualização dos empréstimo	os e financiamentos tiveram as segu	,		a recuperar no ativo não circulante de R\$413.829 (R\$449.919 em 2020) e passivo não circulante de R\$468.699(R\$445.334 em 2020), líquido de hor devidos aos advogados, consultores e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como físicais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repar
lloeda/indicadores CDI PCA			202 4,429 10,069	% 2,77% % 4,52%	consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas da Receita Federal do regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ainda pendentes de edição.
NPC os financiamentos classificados no pas	sivo não circulante têm seus ve	ncimentos assim programado:	10,169	% 5,45%	Eventual mudança, ou limitação, do entendimento do STF, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF, refletirá nos valores e passivo constituídos e, consequentemente, nos valores que serão repassados pela Companhia aos consumidores na forma que vier a definir regulatória específica a ser editada pela ANEEL.
023 024				2021 153.140 21.140	Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 – "O ICMS não da base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal d
025 026				21.140 21.140	excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 201 marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.
pós 2026 otal	_			163.302 379.862	Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo De nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 6 pendentes de edicão.
19 Debêntures (não conversíveis e movimentação das debêntures está d	demonstrada a seguir:	Pagamento Engarago chicilires	ão Custos Marcação Mer-	Saldes	Por consequência do julgamento dos embargos de declaração pelo STF a Companhia reconheceu o montante de R\$24.212 nos valores de ativo e constituídos e, consequentemente, nos valores que serão repassados pela Companhia aos consumidores na forma que vier a definir norma reg
	Idos Pagamento 2020 Captação de Principal	Pagamento Encargos, atualizaç de Juros monetária e Cust	os Apropriados cado da Divida		específica a ser editada pela ANEEL. O resumo dos impactos são como segue: 2021
ixado DI 458.		(18.197) 22.8		002.220	Pis e Cofins – Efeitos da redução do ICMS – Circulante (1) Ativo Passivo Ativo F 130.580 – –
astos com captação (5.8	.516 54.634 – 844) – – .299 – –	(13.702) 45.2 - 1.4 -		360.676 (4.939) 177	Tributos a recuperar Pis e Cofins – Efeitos da redução do ICMS 283.249 – 449.919 Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins – (491.494) – (4 Transferência para Passivo financeiro setorial – Repasse aos consumidores (2) – 22.795 –
otal do custo 752. irculante 86.	.410 .550 54.634 (80.907)	(31.899) 69.6		738.143 92.885	Total do ativo e passivo não circulante 413.829 (468.699) 449.919 (4) A Companhia iniciou a compensação dos créditos em maio/2021. No exercício findo em 2021, foram compensados R\$80.819 de tributos a pag-
ão circulante 665.	.860 Idos Pagamento	Pagamento Encargos, atualizaç		645.258 Saldos	Deduzidos de R\$-20.251 (R\$4.585 em 2020), referente aos custos com advogados, consultorias e tributos. (2) A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.929, Nota Técnica nº 185/2021-SGT/ANEEL, de 16 de agosto de 2021, homologou a revisão
ensuradas ao custo – pós ixado	2019 Captação de Principal	de Juros monetária e Cust	os Apropriados cado da Divida	em 2020	da Companhia, a vigorar a partir de 28 de agosto de 2021, que incorporou em sua tarifa de energia elétrica cerca de R\$22.795, referente aos crée exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS, tendo em vista o trânsito em julgado de sua ação judicial, resultando r cão de -1,02% a ser repassado aos consumidores a partir de 28 de agosto de 2021. Em 2021 os valores foram reclassificados para a rubrica de
DI 448. CA 193.		(20.095) 17.1 (9.781) 20.3	86 – –	274.516	financeiro setorial em consonância ao OCPC08. Demonstração do resultado do exercício 2021
astos com captação (4.2 arcação a mercado 22.	239) – – .589 <u>– –</u>	1.6	2.710	(5.844) 25.299	Receita operacional bruta Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins – outros passivos (24.212) (
	<u>.556</u> <u>276.933</u> <u>(193.867)</u> .229	<u>(29.876)</u> <u>39.1</u>	66 (3.212) 2.710	752.410 86.550 665.860	Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins – tributos a recuperar Resultado financeiro Outras Receitas financeiras
composição dos saldos das debênture	es e as principais condições co Total	Nº de Títulos	Amortização Taxa efetiv	va Garan-	Atualização dos Tributos a recuperar Pis e Cofins – Efeitos da redução do ICMS Outras Despesas financeiras 20.517
	21 2020 Emissão Emitido 52 17.831 15/06/2017	ps/circulação Rendimentos \ 5.173/15.173 IPCA + 5,60% a.a	do principal de juro 44.713 Final 15,66	os tias (*) SG	Atualização dos Outros passivos – Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (22.949) Resultado apurado (2.432)
		3.618/13.618 IPCA + 5,6601%a.a 1.635/11.635 IPCA+4,4885% a.a 2.169/2.169 IPCA+4,7110% a.a	45.444 Final 15,72 out/22 Final 14,55 out/24 Final 14,77	5% SG	23 Encargos setoriais 2021
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série 5.1	10 4.614 15/10/2017	4.035/4.035 IPCA+5,1074% a.a	out/27 Final 15,17 Anual após	"% SG	Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (1) Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT 1.003
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série 48.20 Debêntures 4ª Emissão		2.161/142.161 107,75% CDI 18.000/3.352 CDI+1,00% a.a	out/22 out/20 4,76 fev/21 Final 5,42		Ministério de Minas e Energia – MME 500 Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL 3.705 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D 16.329
Debêntures 5ª Emissão 164.43	76 148.483 15/09/2018 135	5.000/135.000 IPCA+5,0797% a.a	Anual após set/25 set/23 15,14	ŀ% A	con



A UNIÃO – João Pessoa, Paraíba - SÁBADO, 26 de marco de 2022







continuação das Notas Explicativas às Demo	onstrações Financeiras para o e	exercício findo em 31 de dezembro de 20	021 (Em milhares de reais)
--	---------------------------------	---	----------------------------

	2021	2020		2021	2020
Programa de Eficiência Energética – PEE	18.510	21.923	. Valores pagos em 10 de dezembro de 2021 correspondem a R\$115,88218421620 por ação ordinária (*)	106.398	_
Total	42.932	40.709	. Dividendos a pagar – correspondem a R\$19,57937614 por ação ordinária	_	17.978
Circulante	30.704	18.152	. Dividendos adicionais propostos – correspondem a R\$88,334422747600 (R\$118,6000250501 em 2020) por ação ordinária (**)	81.105	219.525
Não circulante	12.228	22.557	Total dos dividendos	361.655	292.701
(1) Refere-se a quotas mensais da CDE CONTA COVID, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, conforme [DESPACHO	Nº 939,	% sobre o lucro líquido ajustado	100	100
DE 5 DE ABRIL DE 2021 da Aneel, para amortização da operação de créditos contratada pela Câmara de Comercialização de Energia	Elétrica - C	CEE na	(*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 13 de maio, 12 de agosto e 11 de novembro de 2021 foram calculados sob	re o resultado	apurado
gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativá nº 885, de 2020			com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, respectivamente.		

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energía elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos program está definida pelas Leis n° 10.848 de 15 de março de 2004, n° 11.465 de 28 de março de 2007, n° 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e n° 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa Selic.

A Lei 14.120/2021, que alterou a Lei 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados

deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Tal alteração legislativa justifica os movimentos do não circulante para o circulante nas contas destacadas. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de servicos em curso até o final dos projetos, quando são encerrados

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

24 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais. A Companhia é parte em acões judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do

desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e fiscal.

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

Trabalhietae Cívoie Fienais 2021

П		Habalilistas	Olveis	i iocaio	2021	2020
ı	Saldos iniciais–2020 e 2019	2.656	23.757	32	26.445	26.882
ı	Constituições de Provisões	1.495	6.036	_	7.531	10.117
ı	Reversões de provisões	(960)	(4.058)	(15)	(5.033)	(3.142)
ı	Pagamentos realizados	(725)	(5.090)		(5.815)	(8.540)
ı	Atualização monetária	279	1.926	383	2.588	1.128
ı	Saldos finais–2021 e 2020	2.745	22.571	400	25.716	26.445
ı	Cauções e depósitos vinculados (*)				(5.076)	(5.765)
(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$41.180 (R\$23.470 em 2020). Deste total, R\$36.104						
ı	(R\$17.705 em 2020) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perdas ser pos	ssível ou remoto				
ı	Trabalhistas					

A maioria das ações tem por objeto: (i) verbas contratuais/legais (horas extras, danos morais, jornada de trabalho, diferença salarial); e (ii) responsabilidade subsidiária (13º salário, verbas rescisórias e contratuais).

Nos processos cíveis discutem-se principalmente reclamações envolvendo cobrança por irregularidade, reclamação de consumo, suspensão de fornecimento, danos elétricos/queima de equipamentos, procedimento irregular no medidor, inscrição no Serasa, oscilação de tensão, entre outros.

A maioria das ações tem por objeto discussões relacionadas a tributos IPTU. Os processos relacionados a IPTU tramitam na comarca de Cabedelo, onde

se discute questões relacionadas a desapropriação de lotes pelo DNIT. Aguardando análise pericial.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos

como possível, não requerendo a constituição de provisão. Trabalhistas Cíveis Fiscais Regulatório 2021 2020

Saldos iniciais-2020 e 2019	8.563	167.093	108.507	_	284.163	258.743
Novos processos	1.029	7.210	51.802	2.449	62.490	58.595
Mudança de prognósticos e valor pedido	(297)	(106.474)	(56.630)	(339)	(163.740)	(742)
Encerramento	(2.643)	(19.915)	(5.726)		(28.284)	(42.141)
Atualização monetária	819	12.838	5.230	53	18.940	9.708
Saldos finais-2021 e 2020	7.471	60.752	103.183	2.163	173.569	284.163
Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações c	onsideradas co	m riscos pos	síveis:			
Trabalhistas		•				

Ações judiciais de natureza trabalhista referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de insalubridade ticket alimentação, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza do valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, inscrição no Serasa, entre outros Principal processo
Ação 0002664-83.2015.8.15.0131 com valor envolvido de R\$70.217 (R\$63.282 em 2020), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão

contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Companhia, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma. O processo teve seu prognostico alterado de possível para remoto baseado na reavaliação dos assessores jurídicos.

Ações de natureza tributária referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) exigência de ICMS decorrente da glosa de créditos na qual se questionam os débitos constituídos nos Autos de Infrações referente ao exercício de janeiro de 2012 a dezembro de 2015. Tais débitos decorrem da glosa do crédito de ICMS de bens destinados ao ativo imobilizados, pois o Estado da Paraíba alega que a partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir que a concessionaria escriturasse as novas aquisições no Ativo Intangível, que não concede o direito ao crédito de ICMS; (ii) exigência do IRPJ e CSLL decorrente da glosa de despesas; e (iii) glosa de crédito de PIS e COFINS e de despesas na apuração do IRPJ e CSLL relacionadas às perdas não técnicas de energia elétrica.

do período de 11/2009 a 12/2010, em razão do suposto aproveitamento indevido de créditos do imposto nas aquisições de bens para o ativo imobilizado. Em embro de 2021 o processo teve prognóstico alterado de possível para remoto, tendo como base parecer dos consultores jurídicos. O mérito está sendo discutido na ação anulatória 0827852-56.2018.8.15.2001, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado, com valor envolvido de R\$60.271

25 Patrimônio Líquido 25.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$576.055 (R\$576.055 em 2020) está representado por 918.160 acões ordinárias, todas nominativas sem

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 6,000 mil ações cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão

25.2. Reservas de Capital

Reserva especial de ágio (a)	94.078	94.078
Remuneração de imobilizações	2.457	2.457
Ações em tesouraria	467	467
Programa de remuneração variável (ILP) (b)	2.823	1.563
Total	99.825	98.565
(a) Reserva especial de ágio – constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº12, rep	resenta o b	enefício
fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia à medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amo	rtização da	parcela

O artigo 27 da Portaria 283, de 04 de julho de 2013, expedida pelo Ministério da Integração Nacional (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), prevê que as pessoas jurídicas enquadradas nos requisitos legais poderão depositar no Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) o total de 30% (trinta por cento) do valor do Imposto de Renda devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios, para reinvestimento.

Com a publicação da Lei nº 13.799, de 03 de janeiro de 2019, que alterou a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, as empresas com projetos de reinvestimento do imposto de renda aprovados pela SUDENE e SUDAM, poderão pleitear até 50% (cinquenta por cento) dos valores depositados para investimento em capital de giro, desde que o percentual restante seja destinado à aguisição de máquinas e equipamentos novos que façam parte do

processo produtivo, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.
Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados. A Companhia em cumprimento as exigências da legislação, efetuou a capitalização do saldo da reserva em 20 de maio de 2020.

(b) Programa de remuneração variável - ILP - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através da concessão de ações, denominada incentivo de longo prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 11).

25.3. Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2020, a Companhia constituiu a reserva legal de R\$1.257, no montante até atender limite de 30% do capital social, considerando o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2021, por já ter atingido o limite legal, a Companhia não registrou valor nessa rubrica. 25.4. Reserva de lucros – reserva de incentivos fiscais (imposto de renda)

A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 629, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda). Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 0020/2020. Ofício SUDENE nº 1150/2020 de 25 de maio de 2020, que impõe algumas obri-

O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas; O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com

aprovação em AGO/AGE;

O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de incentivos fiscais (imposto de renda). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou

R\$82.573 (R\$72.977 em 31 de dezembro de 2020) de redução de imposto de renda e adicionais.

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários

A Administração está propondo a distribuição de dividendos, conforme segue: Reserva legal (nota explicativa 25.3) Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda Dividendos obrigatórios (25%) Valores pagos em 26 de maio de 2021 correspondem a R\$101,8970751611 (em 28 de abril de 2020 - correspondem a valores pagos em 26 de agosto de 2021 correspondem a R\$87,7772195478 por ação ordinária (*)

2021 444.228 (82.573) 361.655 90.414	2020 366.935 (1.257) (72.977) 292.701 73.176
93.558	55.198
80.594	-

2021 2020

Energia elétrica comprada para revenda

Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos

Outras receitas:

	2021	2020
. Valores pagos em 10 de dezembro de 2021 correspondem a R\$115,88218421620 por ação ordinária (*)	106.398	
. Dividendos a pagar – correspondem a R\$19,57937614 por ação ordinária	_	17.978
. Dividendos adicionais propostos – correspondem a R\$88,334422747600 (R\$118,6000250501 em 2020) por ação ordinária (**)	81.105	219.525
Total dos dividendos	361.655	292.701
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100
(*) Os dividendes antecinados aprovados polas PCAs de 13 de maio 12 de agoste e 11 de povembre de 2021 foram calculados sobre	o o rocultado	anurada

**) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere

às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA. A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa

25.6. Outros resultados abrangentes Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras. Segue movimentação nos exercícios:

(39.146) 37.177 Saldo inicial – 2020 e 2019 (44.617) Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego 8.290 Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego Saldo final – 2021 e 2020 (2.819)(39.146)26. Receita operacional

•			2021			2020
	Fora do e	scopo dos		Fora do e	scopo dos	
	auditores inde	pendentes		auditores inde	pendentes	
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	1.251.465	1.997.047	1.621.802	1.226.196	1.912.398	1.362.162
Industrial	3.861	171.010	132.425	3.928	176.673	117.588
Comercial	96.887	636.990	552.102	95.715	621.870	470.654
Rural	136.605	349.381	197.061	137.836	325.571	153.027
Poder público:	17.193	221.975	182.819	17.027	213.835	157.166
Iluminação pública	757	265.312	144.256	680	273.337	120.806
Serviço público	1.005	219.542	113.473	1.006	218.103	93.887
Consumo próprio	310	4.355	_	300	4.266	_
Subtotal	1.508.083	3.865.612	2.943.938		3.746.053	2.475.290
Suprimento de energia a concessionária	_	438.862	201.625	-	103.306	172.127
Fornecimento não Faturado líquido	_	6.771	48.367	_	(2.714)	62
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	127	0.771	126.490	97	(2.714)	119.196
Bônus de redução voluntário do consumo	127	_	(19.352)	-	_	113.130
Bônus – Reembolso do Fundo CDE		_	19.352		_	
Receita de Construção da Infraestrutura (1)	_	_	163.040	_	_	100 000
	_	_		_	_	183.220
Penalidades regulatórias	_	_	(4.824)	_	_	(5.542)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e			(0.4.0.4.0)			(50.050)
Cofins	_	_	(24.212)	_	_	(50.056)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e						
Cofins – tributos a recuperar	_	_	24.212	_	_	50.056
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão	_	_	80.322	_	-	26.448
Constituição e amortização-CVA ativa e passiva	_	_	155.143	_	-	30.847
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	_	_	212.472	_	_	236.849
Outras receitas operacionais			33.753			15.230
Total – receita operacional bruta	1.508.210	4.311.245	3.960.326	1.482.785	3.846.645	3.253.727
Deduções da receita operacional						
ICMS	_	_	742.174	_	-	634.906
PIS	_	_	48.810	_	-	48.492
COFINS	_	_	224.822	_	_	223.359
ISS	_	_	1.451	_	_	677
Deduções bandeiras tarifária - CCRBT (2)	_	_	17.532	_	_	(5.730)
Programa de Eficiência Energética – PEE	_	_	10.251	_	_	8.214
Encargos do consumidor – PROCEL	_	_	2.563	_	_	2.054
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	_	_	95.617	_	_	71.819
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	_	_	5.126	_	_	4.107
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnoló-						
gico – FNDCT	_	_	5.126	_	_	4.107
Ministério das Minas e Energia – MME	_	_	2.563	_	_	2.054
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica –			2.000			2.004
TFSEE	_	_	3.090	_	_	3.013
Total – deduções da receita operacional	_	_	1.159.125	_	_	997.072
Total – receita operacional líquida	1.508.210	4.311.245	2.801.201	1.482.785	3.846.645	2.256.655
·						
 A receita de construção da infraestrutura está representad 	ia peio mesmo montant	e em custo o	ae construça	ao. Tais vaiores sao de r	econnecime	ento obriga-

tório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica. (2) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho salmente divulgado pela ANEEL.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08/04/2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas adicionais das bandeiras tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes às bandeiras tarifárias no exercício foram de R\$255.636 (R\$14.996 em 2020), tendo recebido da Conta

Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$17.532 (R\$5.730 em 2020). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado do exercício foi de R\$238.104 (R\$20.726 em 2020).

27 Custos e despesas operacionais Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício, possuem a sequinte composição por natureza de gastos:

		Ouoto	ao oci vigo		Oublo .	ao oci viço
	Com energia	De	Prestado	Gerais e		
	elétrica	operação	a terceiros	administrativas	2021	2020
Energia elétrica comprada para revenda	1.420.748	_	_	_	1.420.748	1.066.944
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	208.702	_	_	_	208.702	178.089
Pessoal e administradores	_	91.765	2	38.317	130.084	117.910
Programa de remuneração variável (ILP)	_	_	_	1.563	1.563	1.049
Benefícios pós emprego	-	1.016	_	11.910	12.926	4.166
Material	_	19.518	74	3.575	23.167	20.709
Serviços de terceiros	_	51.421	_	72.526	123.947	121.169
Depreciação e amortização (*)	_	81.744	_	6.868	88.612	81.215
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	_	29.713	_	_	29.713	37.491
Reversão de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	_	_	_	(3.317)	(3.317)	(1.565)
Custo de construção da infraestrutura	_	_	163.040	-	163.040	183.220
Outras		3.247	9	14.029	17.285	19.512
Total	1.629.450	278.424	163.125	145.471	2.216.470	1.829.909
(*) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre a	mortização dos l	ens e equip	amentos no r	nontante de R\$1.4	53 (R\$1.054	ł em 2020).

2021 3.236.344 Energia de leilão Energia bilateral 438.964 440.166 163,137 135.864 Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 150.389 Energia de curto prazo – CCEE (*) Cotas Garantia Física-Resolução Homologatória nº 1410/2013 120.493 60.837 386.162 240.167 1.092.907 1.164.086 213,719 158.567 Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA 35.879 29.515 90.237 Energia de reserva - ERR 21.232 16.248 (-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (137.208)(104.728) 5.131.483 4.675.469 1.420.748 1.066.944 28. Outros resultados 2021 2020

MWH (**)

5.863

(36.388)

10.029 continua.

2.138

Outras despesas: Perdas na desativação/alienação de bens e direitos (14.207) (5.768)(483) (14.690) (5.768) (7.788) 29. Receitas despesas financeiras 2021 2020 Receita de aplicações financeiras 11.394 7.367 Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida 62.500 49.822 Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais (1.978)Juros Selic s/ impostos a recuperar 1.084 1.713 (3.520) Tributos s/ receitas financeiras - PIS/COFINS (4.519)Efeitos da redução do ICMS - PIS/COFINS Outras Total receitas financeiras 92.669 Despesas Financeiras (57.857)Encargos de dívidas - juros (42.170)Encargos de dívidas – variação monetária e cambial (49.845) (56.486

(-) Transferência para ordens em curso Ajuste a valor presente – AVP (8.529)4.262 Marcação a mercado da dívida 25.122 (2.502)Marcação a mercado de derivativos (31.181) Instrumentos financeiros derivativos 30.076 59.141 Atualização monetária de provisão (1.128) (2.588)Despesas Bancárias/IOI Comissão de aval (10.795)(8.320)Atualização financeira – Passivos financeiros setoriais 1.951 (1.032 Efeitos da redução do ICMS - PIS/COFINS (22.949) (1.827) (129.057) (2.866)Total despesas financeiras (62.142



11/04/2024

13/10/2026







30	Lucro por ação			c)
	sultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível a respectiva quantidade de ações ordir irculacão.	nárias e pref	ferenciais	Pa aq
0111 0	notingut.	2021	2020	a
Lucro	o líquido do exercício	444.228	366.935	N
Médi	a ponderada das ações em milhares	918	918	lia
Lucro	o líquido básico e diluído por ação – R\$(*)	483,91	399,71	A

31 Cobertura de seguros

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Ramos de Seguro			Total F	Prêmio
	Data de Vencimento	Importância Segurada	2021	2020
Riscos Operacionais	22/11/2022	90.000	467	414
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2022	90.000	364	362
Auto – Frota	23/10/2022	Até R\$ 360 /veículo	67	88
Vida em Grupo e Acidentes pessoais (*)	31/01/2023	135.254	415	332
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2023	75.000	34	38
Transporte nacional	04/04/2022	Até R\$ 2.000 /veículo	18	13
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo – R.E.T.A (Drones)	12/01/2023	941/drone	2	1
			1.367	1.248
(*) Importância segurada relativa ao mês de janeiro/2022 e projeção de prêmio anualizado	do.			

32 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

• Nível 2 – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado

 Nivel 3 – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por mejo do resultado e como Eminação de companha en classificação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo fia o são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício é de R\$80.322 (R\$26.488 em 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados

na nota explicativa nº 13.					•
Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos pr	rincipais ativo	s e passivos	financeiros:		
ATIVO			2021		2020
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		36.408	36.408	125.344	125.344
Consumidores e concessionárias		596.184	596.184	516.817	516.817
Ativos financeiros setoriais		243.775	243.775	60.768	60.768
		876.367	876.367	702.929	702.929
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	200.334	200.334	307.094	307.094
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	935.527	935.527	762.906	762.906
Instrumentos financeiros derivativos	2	56.109	56.109	46.044	46.044
		1.191.970	1.191.970	1.116.044	1.116.044
PASSIVO			2021		2020
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		320.021	320.021	292.995	292.995
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		1.137.218	1.140.695	925.150	923.029
Arrendamentos operacionais		2.969	2.969	5.148	5.148
Passivos financeiros setoriais		155.435	155.435	104.749	104.749
		1.615.643	1.619.120	1.328.042	1.325.921
Valor justo por meio de resultado					

Derivativos

mentos financeiros derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. **Hedge Accounting**

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de hedge) para troca de variação de juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2021 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge. Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o "hedge" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como "hedge" foi impactado em R\$25.122 (R\$2.710 em 2020) e reconhecidos no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração

do risco de crédito não tem impacto significativo.
• Incertezas

Os valores foram estimados na data das informações financeiras intermediárias, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adeuada do valor justo. Como consequência, as

Administração financeira de risco O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim ixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (disponível no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento liário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. Gestão de Risco de Capital

Dívida (a)	1.137.218	925.150
Caixa e equivalente de caixa	(36.408)	(125.344)
Dívida líquida	1.100.810	799.806
Patrimônio líquido	1.091.898	1.121.948
Índice de endividamento líquido	1,01	0,71
(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contrato	s de garantia	financeira),
conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.	•	
a) Risco de liquidez		

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem

o andamento das operações da Companhia.
As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação

de moedas pela posição líquida, são as sequintes: Taxa média de juros efetiva Até 6 De 6 a De 1 a De 3 a Mais de ponderada (%)meses 12 meses 3 anos 5 anos 5 anos 311.058 320.021 Fornecedores Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas

Instrumentos Financeiros Derivativos 7.510 **157.889** (19.304) **247.765** (17.138) **674.728** 356.459 507.887 1.944.728 O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir su

as obrigações relacio

Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender antecipando para futuras necessidades de caixa. Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da

distribuidora quanto a variação no custo da energia. b) Risco de crédito

Á Ádministração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política. O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada

de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será

totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários

ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização ando da extinção por qualquer motivo da concessão. Exposição a riscos de crédito

financeiras, são como segue:	io na uaia	uas uemo	iisiiações
	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	36.408	125.344
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	200.334	307.094
Consumidores e concessionárias	6	596.184	516.817
Ativos financeiros setoriais	9	243.775	60.768
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	935.527	762.906
Instrumentos financeiros derivativos	32	56.109	46.044

c) Risco de mercado: taxa de	iuros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais. A companhia não possui dívida em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2021 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme seque:

	2021	2020
Ativo circulante	7.064	6.171
Ativo não circulante	49.045	39.873
Passivo Circulante	16.089	-
Passivo Não Circulante	_	-
Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde to trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde to trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde to trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde to trata de valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde to trata de valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde to trata de valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde to trata de valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde da reversão da reversã	onde ao ob	ietivo de

proteção das operações de "hedge" e não reflete a expectativa da Administração Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda

local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir: Custo Financeiro (% a.a.) Operação Ponta Ativa IPCA + 5,60% IPCA + 5,66% Notional (BRL) Designação 15.173 13.618 101,75% CDI 102,65% CDI 15/06/2022 17/06/2024 Fair Value Hedge Fair Value Hedge Itaú BBA X EPB Itaú BBA X EPB JP Morgan X EPB 11.635 IPCA + 4,49% 100.90% CDI 17/10/2022 Fair Value Hedge JP Morgan X EPB JP Morgan X EPB 2.169 4.035 IPCA + 4,71% IPCA + 5,11% IPCA + 5,08% 101,60% CDI 103,50% CDI 15/10/2024 Fair Value Hedge 15/10/2027 Fair Value Hedge Safra x EPB 135.000 103,70% CDI 15/09/2025 Fair Value Hedge IPCA + 4,47% IPCA + 4,23% JP Morgan X EPB BofA X EPB CDI + 1,80% CDI + 0,84%

IPCA + 5.11% Itaú X EPB 49.924 CDI + 0.25%15/10/2026 N.A Fair Value Hedge JP Morgan X EPB IPCA + 6.09% 15/10/2031

64.870

Fair Value Hedge	Valor de	referência		Valor justo		
	2021	2020	Descrição	2021	2020	
Dívida (Objeto de Hedge) *	359.613	181.630	Taxa Pré-Fixada	(280.766)	(228.833)	
, ,	359.613	181.630	Posição Ativa	, ,	, ,	
			Taxa Pré-Fixada	406.738	228.828	
Swap de Juros			Posição Passiva			
Instrumento de Hedge)			Taxa de Juros CDI	(366.718)	(182.784)	
,			Posição Líquida Swap	40.020	46.044	
			Daniasa I (mulda Díulda			

(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco

O valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de2020 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus venci mentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A

metodología consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado (a) Variação das taxas de juros

Cónsiderándo a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras:

Operação

Desido Monda Local – Taxa de Juros (Deterioração de 50%) Exposição Risco (Provável) (*) (Deterioração de 25%)

(339.013)	(359.613)	(359.613)	(359.613)					
	Alta CDI							
406.738	406.738	406.738	406.738					
		· -						
(366.718)	(366.718)	(376.575)	(386.330)					
_		(9.857)	(19.612)					
40.020	40.020	30.163	20.408					
(319.593)	(319.593)	(329.450)	(339.205)					
Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2021 seja mantido e que os								
respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 4,42% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos,								
	406.738 (366.718) - 40.020 (319.593) nanceiros inc	Alta CDI 406.738 406.738 (366.718) (366.718) (366.718) 40.020 (319.593) (319.593) nanceiros indexados às taxas de juros	Alta CDI 406.738 406.738 406.738 406.738 406.738 406.738 (366.718) (9.857) 40.020 40.020 30.163 (319.593) (319.593) (319.593) 1 de dezembro de 202 1 de dezembro de 202					

o resultado financeiro líquido seria impactado em

	Exposição		Cenario i	Cenario II	Cenario III
Instrumentos	(R\$ mil)	Risco	(Provável) (*)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos					
vinculados	200.334	Alta do CDI	22.237	27.796	33.356
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(517.645)	Alta do CDI	(57.459)	(71.824)	(86.189)
	(526.006)	Alta do IPCA	(52.916)	(66.145)	(79.374)
	(96.090)	Alta do INPC	(9.763)	(12.204)	(14.645)
Subtotal (**)	(1.139.741)		(120.138)	(150.173)	(180.208)
Total	(939.407)		(97.901)	(122.377)	(146.852)
(*) 0 001 04 1 1 0000 (44 40.0)	\ ~				AOEN

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2022 (11,10 % a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de zembro de 2021, INPC 10,16% e IPCA 10,06%

Gerenciamento de risco de liquidez

Análise de Sensibilidade

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e se antecipando

para futuras necessidades de caixa. 33 Benefícios pós emprego 33.1. Plano de suplementação de aposentadoria e pensões Os saldos registrados no passivo relacionados a benefício pós-emprego compõem-se de Nota explicativa 2020 2021

Contrato Migração 2020 - Plano CD Contrato de equacionamento do déficit - Funasa (*) 18 e 33.1 3.143 81.376 Provisão atuarial - Previdência 33.1 7.089 120.735 Provisão atuarial - Saúde 109.297 131.608 Total 128.465 Benefícios pós-emprego 10.804

(*) Não inclui encargos de dívidas no valor de R\$34.

A Companhia é patrocinadora de 4 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, dois na modalidade de benefício definido, sendo um plano saldado, e dois de contribuição definida, estando apenas um plano aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas nec

aos compromissos de pagamento atuais e futuros. A administração dos 4 planos previdenciários é realizada pela Energisaprev – Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia junto à Energisaprev são como segue a. Plano de Benefício Definido Funasa (BD-1)

Instituído em 25 de fevereiro de 1987, encontra-se em extinção desde 31 de dezembro de 2008, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras. b. Plano Saldado Funasa (PSF)

Iniciado em 19 de dezembro de 2008, a partir dos migrantes do plano Funasa PO, em processo de saldamento. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pela Patrocinadora (100%).

Número de participantes

Número beneficiários Pensionista

2021

das aos passivos financeiros. A

O Plano (CD) Funasa, instituído em 19 de dezembro de 2008 e fechado para novas adesões desde 2017, se caracteriza por ser conhecido os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores do plano. d. Plano Energisa CD
O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com segura

dora. Em 31 de dezembro de 2021 o plano possuía 670 (523 em 2020) participantes ativos, 175 assistidos (41 em 2020), 4 autopatrocinados (2 em 2020) e 7 BPD (10 em 2020.

A contribuição da patrocinadora para os planos de benefícios previdenciários durante o exercício de 2021 foi de R\$3.585 (R\$9.919 em 2020) e. Migração entre planos

Em 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos Funasa PO (BD)/Funasa PSF (Saldado) e Funasa CD para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pela PREVIC, através da Portaria nº 467, de 02 de julho de 2020. A migração aconteceu em três tranches, sendo

elas em dezembro/2020, julho/2021 e novembro/2021. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano por tranche 1° Tranche Ativo Assistido Ativo Assistido Ativo Assistido Ativo Assistido 22% 23% Funasa BD-1 Funasa CD 64% 0% 24% 0% 2% 0% 90% 0% Funasa CD + Saldado

33.2. Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2021, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) – Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação: a. Número de participantes/beneficiários: BD-1





281

355

continua.







				20	21	Cit				
	continuação das No	otas Explicativa	as às Demonstra	ções Financeir	as para o exercício findo em 31	l de dezembro de 202	1 (Em milhares de l	reais)		
b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuaria	al	2021		2020	R\$378 (R\$317 em 2020) referente a cálculo at Abaixo são apresentados a conciliação dos s			novimentação do passivo ((ativo) atuarial	íguido
- Premissas Biométricas	BD-1	PSF	BD-1	PSF			am domononativo da m	ovimentação do passivo (202	
Γábua de Mortalidade Geral (1)	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015		10			7.73	5.8
'ábua de Entrada em Invalidez 'ábua de Mortalidade de Inválidos (1)	LIGHT FRACA MI 85	LIGHT FRACA MI 85	LIGHT FRACA MI 85	LIGHT FRACA MI 85	Juros sobre obrigação atuarial				37 53	
composição Familiar (Ativos) composição Familiar (Assistidos)	Família média padrão Família Real	amília média padrão Família Real	Família média padrão Família Real	Família média padrão Família Real					(4.92) _ 3.71	
- Variáveis Econômicas					Circulante				46	61
axa Real de Desconto da Obrigação Atuarial expectativa de Inflação Futura	5,31%a.a. 4,50% a.a.	5,31%a.a. 4,50% a.a.	3,21% a.a. 3,00% a.a.	3,58% a.a. 3,00% a.a.		de 2022, segundo critérios do CP	C33 (R1):		3.25	6.
axa de Rendimento Esperado dos Ativos ator Capacidade Salarial e de Benefício	10,05% a.a. 100%	10,05% a.a. 100%	6,31% a.a. 100%	6,69% a.a. 100%		, .	,			2
axa de Crescimento Real de Salários	2,88% a.a.	N/A	2,88% a.a	N/A	Juros sobre as obrigações atuariais					
exa de Rotatividade - Regime Financeiro de Capitalização C	0% a.a. Crédito Unitário Projetado Crédit	0% a.a. to Unitário Projetado Cr	0% a.a. rédito Unitário Projetado Cr	.0% a.a édito Unitário Projetado		10				=
Tábuas específicas por sexo. premissas atuariais adotadas são imparciais e	mutuamente compatíveis. A tax	a de desconto é baseac	da no rendimento do título n	núblico NTN-B indexado	•	SULAMERICA	2021 CNU (*)	SULAMERICA		2 C
IPCA. O título foi utilizado pois apresenta cara	acterísticas condizentes com as	características dos be	nefícios. A taxa de rendime	ento esperado sobre os	VARIÁVEIS ECONÔMICAS					
ivos do plano reflete as expectativas de mercado stórica da Companhia.	o relativas a rendimentos dos ati	vos do plano. A taxa de	crescimento salarial real e	baseada na experiencia	Taxa Real de desconto da obrigação atuarial Expectativa real de inflação futura	5,31% 4,50%	5,31% 4,50%	3,80% 3,00%		3,8
ara a apuração do valor presente das obrigaçõe egundo CPC 33 (R1).	es de benefício definido é empr	regado o método do cre	édito unitário projetado. Ess	se método é obrigatório	Taxa de desconto da obrigação atuarial	10,05%	10,05%	6,91%		6,9
método do crédito unitário projetado considera					Taxa de crescimento de benefícios Taxa Real de crescimento de custos médicos	4,50% 4,00%	4,50% 4,00%	3,00% 4,00%		3,00 4,00
ara o cômputo da obrigação final. Adicionalmen ados históricos de gastos incorridos e de contrib		sas atuariais, tais como	o hipóteses biométricas e e	econômicas e, também,	Taxa de crescimento de custos médicos Taxa de rotatividade	8,68% 7,50%	8,68% 7,50%	7,12% 7,50%		7,12 7,50
uando o saldo da obrigação se mostrar superio	or ao valor justo dos ativos do pl				Permanência no plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%		75,0
adas reduções ao valor presente da obrigação a Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com o				assistidos, em linha com	Fator de envelhecimento TÁBUAS BIOMÉTRICAS	3,00%	Nulo	3,00%		3,00
s remensurações ou ganhos e perdas atuariais ecorrentes do ajuste pela experiência do plano s					Tábua de mortalidade			BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 201	
Conciliação da posição dos planos	-				Tábua de inválidos Entrada de invalidez	MI-85 por sexo LIGHT (Fraca)	MI-85 por sexo LIGHT (Fraca)	MI-85 por sexo LIGHT (Fraca)		5 por se HT (Fra
seguir apresentamos a conciliação e moviment onciliação entre o saldo de abertura e de fec		os planos de aposentad	doria e pensão da Compani 2021	hia: 2020	Método de financiamento (*) Em 2021, foi alterada a modalidade de pag-	Crédito Unitário Projetado Crédi		rédito Unitário Projetado C	Crédito Unitário	Projeta
•		BD-1 79.224 5	PSF TOTAL BD- 1.708 130.932 85.77	1 PSF TOTAL	34. Compromissos					
alor justo dos ativos em 2020 e 2019 anhos/(Perdas) dos ativos		2.546 (6	6.153) (3.607) (1.582	2) 316 (1.266)	7. Companina pocoai compreniesce relacional	dos a contratos de longo prazo con Contrato de compra		, como segue:		
etorno esperado dos ativos do plano ontribuições do empregador		4.820 9.970	3.404 8.224 5.56 364 10.334 9.27			2 2023	2024 562.862	2025 530,738		pós 20 8.043.4
ontribuições dos participantes do plano		702	- 702 1.08	3 – 1.083	(*) Não estão incluídos os valores referentes à	Quota do Proinfa e Itaipu.				
enefícios pagos usto do serviço passado (encurtamento/ <i>curtailn</i>	ment)	(16.359) (2	1.985) (17.597) (17.005 2.381) (18.740) <u>(</u> 3.884	<u>4) (10.003) (13.887)</u>	Os valores relativos aos contratos de compra d de 31 de dezembro de 2021, homologados pe		anos, representam o vo	olume contratado pelo preç	ço médio correr	te no fii
alor justo dos ativos em 2021 e 2020 onciliação entre o saldo de abertura e de fec	shamonto – Ohrigação	<u>65.291</u> 4	4.957 <u>110.248</u> <u>79.22</u> 2021	<u>51.708</u> <u>130.932</u> 2020	35 Maio ambiento (*)					
,		BD-1	PSF TOTAL BD	D-1 PSF TOTAL	A Companhia trata os impactos sociais e amb			mas e práticas que evider	nciam a sua pre	ocupaç
alor presente das obrigações em 2020 e 2019 usto do serviço corrente	9	199.959 53	50.098 250.057 218.7 - 53 1	'43 62.374 281.117 49 – 149	1. Redes e linhas: para as extensões de redes	e linhas que passem em regiões d	le mata, ou outro tipo de			
usto dos juros		12.132	3.296 15.428 14.0	71 4.117 18.188	RAS – Relatório Ambiental Simplificado, e quand					
ontribuições de participantes do plano Sanhos)/Perdas atuariais		702 (25.520)	- 702 1.0 (6.888) (32.408) (7.33	31) (5.000) (12.331)	2. Construções das linhas de distribuição de a	lta tensão e subestações, além do	os Relatórios Ambientai	is Simplificados - RAS, são	o elaboradas e	m estud
enefícios pagos usto do serviço passado (encurtamento/ <i>curtailn</i>	ment)		(1.985) (17.597) (17.00 (1.563) (19.521) (9.75		de arqueologia preventiva supervisionado pelo lidade de ocorrência de vestígios arqueológico					
alor presente das obrigações em 2021 e 2020			42.958 196.714 199.9	59 50.098 250.057	t-b	ental - EVA, Plano de Controle Ai	mbiental – PCA, Inspe			
osição Liquida dos planos		BD-1 PS	2021 SF TOTAL BD-1	PSF TOTAL	3. Operacionalização do Sistema de Gestão d	de Meio Ambiente, Aspectos Socia	ais, Saúde e Segurança			
alor justo dos ativos		65.291 44.95	79.224	51.708 130.932	patível com as normas ISO 14.001 e Legislaçã ambientais, saúde e segurança.	ão pertinentes, capaz de fornecer	os subsídios necessário	os ao adequado monitoran	mento dos aspe	ctos só
′alor presente das obrigações Posição Liquida		(153.756) (42.95 (88.465) 1.99		1.610 (119.125)	 Realização de padronização de procedimer 					
imite do Ativo léficit passível de reconhecimento		(1.99 	9) (1.999) — — (88.465) (120.735)	(1.610) (1.610) (120.735)	as atividades da Gerência Técnica Corporativa Segurança, com apoio da área de meio ambie	nte da Companhia.				
alor líquido reconhecido no balanço:		(001.100)			 Realização sistemática e permanente de ana de forma a eliminá-los dos equipamentos da e 				scarel e/ou de i	npureza
lovimentação dos Saldos osição líquida em 2020 e 2019				2021 2020 120.735 136.480	6. Disposição e tratamento de resíduos: além o	de ter conhecimento da natureza e	das quantidades de re	esíduos gerados durante se		
feito em ORA contribuição do empregador				(28.065) (9.456) (9.969) (9.630)	possui procedimentos para manuseio, transport desta forma à regeneração de óleos isolantes u					
mpacto decorrente de redução no plano de bene	efício (encurtamento/curtailment	ń		13.985 (5.335)	material e evitando a poluição do meio ambient os resíduos e destinamos de forma adequada				olaboradores de	positare
ransferência de Dívida entre Planos (BD-CD) feito no resultado do exercício				(15.585) (220) 7.364 8.896	7. Desenvolvimento de campanhas de redução	o de consumo de água e energia,	educação com base no	os 3R`s (Reduzir, Reutiliza		
osição líquida em 2021 e 2020				88.465 120.735	para o consumo consciente, através da distrib divulgação interna (intranet, adesivos e cartaz				ente, Dia da Arv	ore), e
Circulante Ião circulante				7.923 7.364 80.542 113.371	8. Projeto de Reforma Civil em Subestações: q	que consiste na construção de bac	cia de contenção de óleo	o isolánte e sistema separa		
Demonstração das despesas para o exercício de Demosntração de Resultado do próximo exerc		PC 33 (R1):		2022	objetivo de mitigar a área contaminada caso oco 9. Projeto 8 Verde: projeto de meio ambiente vo	Itado para conscientização ambien				
custo do Serviço Corrente				14	maneira de plantio e distribuindo de cartilhas s		ão, com foco na distribu	uição de totens, disciplinar	ndo a correta n	naneira
custo dos juros letorno dos Ativos do Plano				19.492 (10.802)	destinação final de resíduos classe I por parte	dos municípios, realizando a prop	agação da logística rev	ersa e sua real importânci	ia como engaja	mento d
custo do Serviço Passado ("encurtamento") total da despesa bruta a ser reconhecida				(781) 					se laz o recoln	mento
.Alocação percentual do valor justo dos ativo	os dos planos				11. Firmamos convenio com a SBAU – Socied	lade de Arborização urbana com o	o objetivo da dissemina	ção socioambiental, voltad	do para a gestã	o da arb
			BD-1 2021 2020		12. Contratação de fornecedores que, compro				e clientes sobr	e as bo
tivos do plano: ítulos públicos			74,93% 72,21%		práticas adotadas pela empresa na preservaça				e obras e treina	ımento
undos de investimentos em renda fixa			11,27% -	- 7,35% -	procedimentos adequados para poda de árvor	res bem como o uso de redes prot	egidas e isoladas.	, , ,		
undos de investimentos ções			1,51% 13,69%	5 16,76% 24,33% - 2,90% -	bilidade. A Companhia obteve a certificação e	premiação, pelo Instituto Chico M	lendes, na categoria "Ċ	Construção Sustentável". Ai	inda temos os į	orédios
mpréstimos a participantes			1,00% 1,51%	0,16% 0,16%	município de Guarabira que foi construído com	o critérios voltados para a questão	sustentável e o Nucleo	Regional Oeste que receb		
Outros			11,29% 12,59% 100,00% 100,00%		No exercício de 2021, os montantes investido	s nos projetos acima descritos tot	talizaram R\$39.816 (R\$		R\$35.232 (R\$3	i7.355 €
. Análise de sensibilidade premissa atuarial significativa para a determina	ação da obrigação atuarial ó a ta	ava do docconto Para d	lomonetrar como a obrigaci		2020) alocados no ativo intangível e R\$4.584 ((*) informações fora do escopo dos auditores i		operacionais.			
eria sido afetada por mudança significativa da ta	axa de desconto, a análise de se	ensibilidade foi realizad	a considerando alteração o		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	·				
.25% de aumento ou redução, mantendo-se toda lovimentação dos Saldos	as as demais premissas adotad	las. A seguir são aprese		DB-1 PSF	Em 2021 e 2020, as movimentações patrimon	iais que não afetaram o fluxo de c	aixa da Companhia, sã	o como seguem:	2024	20
•			2021 2	2020 2021 2020	Outras transações não caixa				2021	20:
alor presente das obrigações Atuariais real alor presente das obrigações Atuariais com redu			157.618 203	.959 42.958 50.098 .653 44.473 52.157	Ativo financeiro indenizável da concessão – Bi Ativo financeiro indenizável da concessão – Va				94.369 80.322	96.1 26.4
alor presente das obrigações Atuariais com aum 3.3. Plano de saúde			120.525 196	.460 41.526 48.161	Atividades operacionais	,				
Companhia mantém benefício pós emprego, de		oara os empregados ativ	os, aposentados, pensionis	stas e seus dependentes	Pagamento de Fornecedores a prazo Adição/baixas – arrendamento mercantil – CP	C 06 (R2)			11.866 (475)	13.5 2.4
egais, nas modalidades de pré e pós pagamento l'ós pagamento: As contribuições mensais da con		correspondem as desp	esas médicas de utilização	mais a taxa de adminis-	Tributos a recuperar – Pis e Cofins – Efeitos da Atividades de investimentos				(36.090)	449.9
ração, caracterizado como modalidade de Pós P	Pagamento. Já para o público de	inativos, são realizado	s encontros de contas na c	qual é avaliado a receita	Aquisição de intangível com pagamento a praz	ZO			11.866	13.58
rrecada (mensalidades e coparticipações) e, des m função da variação dos custos médicos e hos	spitalares, dos custos de comerc	cialização, e de outras o	despesas incidentes sobre	a operação.	Intangível – CPC 06 (R2) Atividades de financiamento				(475)	2.42
Pré pagamento: As contribuições mensais da Co nultiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios					Empréstimos e Financiamentos – repactuação	déficit atuarial			77.191	
dos custos de comercialização, e de outras despe arrecadadas dos anosentados, pensionistas e ex	esas incidentes sobre a operaçã	ão, com o objetivo de m	anter o equilíbrio técnico-a		37 Eventos subsequentes Emissão de debêntures					
rrandadaa daa anaaantadaa nanajanjataa a ay	-tunolonarios cao rogilistadas d	a macma tarma cuprac	TOGO.		Emisson de debentures					

arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado O saldo atuarial do plano de benefício de saúde pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2021 é de R\$3.715 (R\$7.730 em 2020), tendo sido apurado no exercício o montante de R\$4.015 (R\$1.892 em 2020) dos quais R\$378 (R\$317 em 2020) foi registrado na rubrica benefício pós emprego - despesa de pessoal, R\$534 (R\$409 em 2020) em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além de, R\$4.927 (R\$1.166 em 2020) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido. A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio e que facam direto, conforme

legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as despesas com o plano de saúde foram de R\$6.343 (R\$7.515 em 2020). Inclui

Conselho de Administração								
Ivan Müller Botelho Presidente	Ricardo Perez Botelho Vice-Presidente	André La Saigne de Botton Conselheiro Independente	Marcílio Marques Moreira Conselheiro Independente		Marcelo Silveira da Conselheiro			
	Diretoria Executiva							
Márcio Mario Zida Diretor Presidente José Marcos Chaves de Melo Diretor de Suprimentos e Logística			om Investidores airo Kennedy Soares Perez Diretor Técnico e Comercial	Alexandre Nogueira Ferreira Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia Gioreli de Sousa Filho Diretor sem designação específica		Vicente Cortes de Carvalho CRC-MG 042523/O-7 – "S" PB		

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Acionistas, Diretores, Conselheiros e Administradores da Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais

normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para

fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demons-

trações financeiras tomadas em conjunto Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo

Pagamento de dividendos do exercício 2021

Emissão de debêntures

aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica

Em 15 de janeiro de 2022 a companhia efetuou a 11ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$63.000 com vencimento em 15 de janeiro de 2031 e remuneração de IPCA mais 6,0123% ao ano, os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 11 de fevereiro de 2022, os

recursos serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica, de titularidade da Emissora

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2022, aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta

do lucro do exercício de 2021, no montante de R\$81.105, equivalentes a R\$ 88.3344227476 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão

efetuados a partir de 25 de março de 2022, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2022.

As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e, para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. Observa-se ainda, que o fluxo das transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia envolve grande volume de dados pulverizados, sendo substancialmente processados por meio de rotinas automatizadas. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Diretoria em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, mas que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro

contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento da receita, a verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador, e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica.









... continuação do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do desenho e da implementação dos controles internos chave sobre faturamento e reconhecimento de receita (ii) a análise da conciliação das informações entre os principais sistemas utilizados para registro da receita de fornecimento de energia elétrica com os saldos contábeis, a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto; (iii) a avaliação da movimentação mensal da receita faturada durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas as nossas expectativas; (iv) a comparação das receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador; (v) o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria; e (vi) análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia.

Nossos exames incluíram, ainda, a realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela Diretoria para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3 e 26, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica

Os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, conforme preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15) e, quando da entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 os montantes de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relativos à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são, respectivamente, R\$ 54.237 mil, R\$ 935.527 mil, R\$ 673.711 mil.

O custo da infraestrutura é um componente relevante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia nos termos do contrato de concessão, cujas regras de elegibilidade seguem critérios regulatórios e envolvem julgamento, estando sujeitas à revisão e homologação pelo poder concedente a cada 4 anos. Por essa razão, e em função dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura como ativo de contrato, à bifurcação da infraestrutura em operação entre ativo financeiro e ativo intangível e à sua mensuração; ii) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições e baixas ocorridas no exercício; iii) a verificação dos índices utilizados e da acurácia matemática da mensuração do valor justo do ativo indenizável da concessão; iv) a análise e correlação de lancamentos manuais e celetrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações da Infraestrutura de concessão da Compania; v) a companção dos custos com dados históricos, orçamentários e padrões observáveis da indústria; e vi) a avaliação dos resultados da última revisão tarifária periódica e de seus efeitos nos registros contábeis da Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a infraestrutura da concessão incluídas nas notas 13, 14 e 16.1 das demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos que os saldos de

Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações nas notas 13, 14 e 16.1, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Provisões para riscos fiscais

Conforme divulgado na nota explicativa 24, a Companhia é parte em diversos processos de natureza fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios cujo valor agregado totaliza R\$ 173.569 mil em 31 de dezembro de 2021, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R\$ 103.183 mil se referem a ações de natureza tributária.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas, quando aplicável, para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia para as causas tributárias, bem como na realização de reuniões periódicas com a Diretoria e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, assim como a leitura e avaliação das opiniões legais de especialistas externos quando aplicável. Também, obtivemos cartas de confirmação dos principais consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca

das causas em aberto com as posições consideradas pela Diretoria. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados na nota explicativa 24 às demonstrações fina e, especificamente sobre as contingências mais significativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o andamento dos processos fiscais, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação da probabilidade de perdas para fins de reconhecimento e dos julgamentos aplicados na mensuração do valor desta provisão adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC

TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que co npreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de

conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção releva

Na elaboração das demonstrações financeiras a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações fii Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas. não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

 Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas

Fornecemos também aos responsáveis pela governanca declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência. incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significa tivos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Rio de Janeiro, 16 de março de 2022.

Roberto Cesar Andrade dos Santos CRC 1RJ 093 771/O-9

EMPRESA PARAIBANA PARAIBANA DE COMUNICACAO S.A. -

Assinado de forma digital por EMPRESA EPC:09366790000106

DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PB, I=Joao Pessoa, ou=AC SOLUTI Multipla v5,

ou=20937130000162, ou=Presencial, ou=Certificado PJ A1, cn=EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S.A

Dados: 2022.03.28 17:10:11 -03'00'



Ernst & Young

CRC 2SP 015.199/O-6

Auditores Independentes S.S.

DE COMUNICACAO S.A. -EPC:09366790000106 EPC:09366790000106